

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do
Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde

JULIANA GOIS BUENO

**O SALÃO HISTÓRICO DA FAZENDA DA AERONÁUTICA: DIAGNÓSTICO E PROPOSTA
DE PLANO MUSEOLÓGICO**

Rio de Janeiro
2021

JULIANA GOIS BUENO

**O SALÃO HISTÓRICO DA FAZENDA DA AERONÁUTICA: DIAGNÓSTICO E
PROPOSTA DE PLANO MUSEOLÓGICO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Zamorano Bezerra

Rio de Janeiro
2021

JULIANA GOIS BUENO

**O SALÃO HISTÓRICO DA FAZENDA DA AERONÁUTICA: DIAGNÓSTICO E
PROPOSTA DE PLANO MUSEOLÓGICO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Prof. Dr. Rafael Zamorano Bezerra (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientador

Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá (Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

Prof. Dra. Luciana Quillet Heymann (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde)

Suplentes:

Prof. Dra. Patrícia Wanzeller (Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM)

Prof. Dr. Renato da Gama Rosa Costa (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Rio de Janeiro
2021

Ficha Catalográfica

B928s Bueno, Juliana Gois.

O salão histórico da Fazenda da Aeronáutica : diagnóstico e proposta de plano museológico / Juliana Gois Bueno ; orientada por Rafael Zamorano Bezerra. – Rio de Janeiro : s.n., 2021.
120 f.

Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021.
Bibliografia: 98-101f.

1. Museus. 2. Patrimônio Cultural. 3. Organização de Museus. 4. Brasil.

CDD 069

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

Ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Zenita, a pessoa mais forte que conheço; ao Wagner, companheiro de tantos anos, por acreditar em mim até nos momentos em que eu mesma não acreditava; e à minha filha, Maria Paula, que ilumina meus dias.

Agradeço aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, em especial à Professora Luciana Quillet Heymann, ao Professor Renato Gama Rosa e ao meu orientador Rafael Zamorano Bezerra, vocês foram fundamentais nesta caminhada.

Agradeço à “tenentada” e civis do SISCULT pela amizade e convivência durante os dois anos em que servi como militar na FAB.

Agradeço à minha amiga Olivia Robba, por ter enxergado a possibilidade de escrever sobre a Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga e o projeto do seu Salão Histórico, e por ter me incentivado nesse processo.

Agradeço a toda guarnição da Fazenda da Aeronáutica, principalmente ao Coronel Barroso e ao Major Ramalho, que acreditaram no meu trabalho com museóloga e me deram a chance de coordenar o início de um projeto que me dá muito orgulho.

Agradeço especialmente ao 1º Sargento Renato Augusto Braz, pela sua incansável dedicação à preservação da história da FAYS, e por ter sido meus olhos em vários momentos durante o processo de desenvolvimento do espaço e posteriormente, o desenvolvimento deste trabalho.

Escrever essa dissertação em meio a uma pandemia, com tantas restrições e incertezas, sem saber como seria o amanhã, foi um dos maiores desafios da minha vida. E isso não seria possível, sem àqueles que ao seu modo me ajudaram e me apoiaram.

*Museus importam apenas na medida em
que dão às suas comunidades algo de
valor além da sua mera existência.*

Stephen E. Weil

RESUMO

A dissertação apresentada é uma análise do processo de desenvolvimento do Salão Histórico da Fazenda da Aeronáutica iniciado em 2018 e finalizado em 2021, tempo dedicado às pesquisas para recuperação da casa onde está localizado o Salão; ao projeto para a exposição permanente e sua relação com a comunidade, a partir da realização do projeto educativo e de visitas guiadas. A pesquisa teve por base as publicações internas da Força Aérea Brasileira para preservação e gestão do seu patrimônio Cultural, bem como as diretrizes da Lei 11.904/2009 que implementa o Estatuto Brasileiro de Museus. O produto final desta dissertação consiste em uma proposta de Plano Museológico, onde são apontados caminhos para um melhor gerenciamento deste espaço como local de salvaguarda e divulgação da memória da Força Aérea Brasileira, sobretudo da Fazenda da Aeronáutica, para a comunidade no seu entorno.

Palavras-chave: Salão Histórico da Fazenda da Aeronáutica; Preservação; Plano museológico; Museu Militar.

ABSTRACT

This dissertation is an analysis of the development process of Salão Histórico da Fazenda da Aeronáutica, started in 2018 and finished in 2021. period of time that included to research to recover the building where the Salão is located; the project for the development of the long term exhibition; and its relationship with the community from the educational project and guided tours. The research was based on the internal publications of the Brazilian Air Force about the preservation and management of its Cultural Heritage, as well as the guidelines of the Lei 11.904 / 2009 that implements the Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). As final product the research introduces a Museological Plan proposal. where we made appointments for a better management of this space, understanding It as a place to safeguard and disseminate to the community in its surroundings the memory of the Brazilian Air Force, especially the memory of the Fazenda da Aeronáutica.

Keywords: Salão Histórico da Fazenda da Aeronáutica; Preservation; Museological plan. Brazilian air force; Military Museum.

LISTA DE SIGLAS

AFA	Academia da Força Aérea
CECOMSAER	Centro de Comunicação Social da Aeronáutica
CENDOC	Centro de Documentação da Aeronáutica
COMAER	Comando da Aeronáutica
DIRDOC	Diretoria de Documentação da Aeronáutica
FAB	Força Aérea Brasileira
DAC	Diretoria da Aeronáutica Civil
DCE	Distintivo de Condição Especial
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DOM	Distintivo da Organização Militar
EDA	Esquadrão de Demonstração Aérea
FAFH	Ficha Anual de Fatos Históricos
FAYS	Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga
FIDEHAE	Federação Internacional de Estudos Históricos Aeronáuticos e Espaciais
GTs	Grupos de Trabalhos
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
MAER	Ministério da Aeronáutica
NSCA	Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica
OM	Organização Militar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		1
CAPÍTULO 1	A FAB E A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO	4
1.1	Breve Histórico sobre a criação da FAB	4
1.2	O patrimônio cultural da FAB e sua gestão	5
1.3	O sistema de cultura da Aeronáutica – SISCULT	9
CAPÍTULO 2	O DESENVOLVIMENTO DO SALÃO HISTÓRICO DA FAZENDA DA AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA	18
2.1	Breve histórico sobre a criação da Fazenda da Aeronáutica e seu papel dentro da FAB	18
2.2	O projeto expográfico do Salão Histórico da FAYS	21
2.2.1	Projeto de recuperação e adaptação da edificação	22
CAPÍTULO 3	PLANEJAMENTO, DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE PLANO MUSEOLÓGICO PARA O SALÃO HISTÓRICO DA FAYS	51
3.1	Diagnóstico Museal do Salão Histórico	51
3.1.1	Diagnóstico global	55
3.1.1.2	Diagnóstico por área/ programa	57
3.2	Proposta de Plano Museológico para o Salão Histórico	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS		96
REFERÊNCIAS		98
ANEXO I	Planta Baixa da casa onde está instalado o Salão Histórico da FAYS	103
ANEXO 2	Questionário utilizado para balizar a análise do funcionamento e atividades do Salão Histórico da FAYS	104

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o interesse dentro da Força Aérea Brasileira (FAB) em preservar sua memória vem crescendo na medida em que o Instituto Histórico- Cultural da Aeronáutica, órgão responsável pelo gerenciamento da área cultural dentro da FAB, tem recebido cada vez mais pedidos de assessoramento para criação de espaços de memória dentro de suas unidades militares.

A ideia desta dissertação surgiu após a finalização de um projeto de desenvolvimento, que foi chamado de Salão Histórico na Fazenda da Aeronáutica, localizada em Pirassununga, município do interior do Estado de São Paulo. Este projeto contou com o assessoramento da autora¹ desta pesquisa para o desenvolvimento da exposição de longa duração e para reestruturação da casa onde está instalado o Salão Histórico da Fazenda no período compreendido entre 2018 e 2019.

Sabemos que os processos que envolvem uma exposição não se encerram no momento em que ela é inaugurada, tampouco um espaço cultural se limita a portas abertas para o visitante. Pelo contrário, a exposição foi recebendo acervos oriundos de doações, a casa foi despertando demandas de manutenção que precisavam de atenção e monitoramento e as visitas, principalmente as do projeto educativo, foram se desenrolando de acordo com a vivência e com as experiências realizadas pelos coordenadores.

Mas faltava algo que poderia ser um incentivador e norteador para o espaço ser reconhecido como um museu regional e militar, e se desenvolver de forma mais abrangente e assertiva. Apontar as necessidades de um plano de gerenciamento adequado ao Salão, através da análise do espaço expositivo, dos projetos executados e posterior sugestão de um plano museológico, pode ser o primeiro passo para uma administração voltada para a melhoria e crescimento do Salão Histórico da Fazenda para além dos muros do quartel e como um espaço de memórias e aprendizado.

Com 71 anos de criação, a Fazenda de Pirassununga já havia investido em modernização na produção de seus insumos, desenvolvido um programa de sustentabilidade e é amplamente conhecida pela sua relação estreita com a comunidade do entorno. Faltava um

¹A autora trabalhou como Oficial Museóloga Temporária na Força Aérea Brasileira no Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica no período de 2017 a 2019.

espaço para representar materialmente parte dessa história e foi nesse momento que surgiu a consciência da necessidade de um lugar de memória² para abrigar as memórias dos mais de 70 anos da FAYS³.

O desenvolvimento do projeto do Salão histórico da FAYS foi um momento que envolveu militares e civis da FAYS e do INCAER para entregar a comunidade um espaço de memórias que fosse representativo e despertasse o interesse por conhecer mais a FAB e a sua função dentro da sociedade. A pesquisa por documentação e acervo iniciou-se a partir da organização de todo material que estava guardado em uma sala da casa-sede da fazenda. Tratava-se de uma quantidade vasta em documentos, fotografias, quadros e ferramentas utilizadas na rotina de uma fazenda e que se encontravam guardados à espera de uma destinação coerente com a sua importância.

Santos (2002) observa que os museus recontam histórias que já foram contadas, e para os profissionais que se dedicam a preservar a história da FAB, incentivar a criação desses espaços de memória, pode ser uma tentativa de salvaguardar um passado através de objetos classificados, reordenados e realocados numa nova perspectiva a partir do deslocamento da sua função original. Não podemos ignorar que os objetos, por mais que sejam reconstruídos e manipulados politicamente, guardam marcas e determinações de construções anteriores (SANTOS, 2002, p.117), além de serem instrumentos para a interpretação de uma história que se quer guardar e recontar. Passados pouco mais de um ano e meio da inauguração, esta pesquisa apresenta um diagnóstico atual e detalhado desse espaço e propõe um plano museológico para um melhor gerenciamento, visando reforçar e destacar as práticas museológicas deste lugar de memória.

O capítulo 1 desenvolve as origens das práticas de preservação do patrimônio histórico e cultural através da criação, em 1987, do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, o INCAER, órgão responsável pela normatização, classificação e assessoramento de todo o patrimônio cultural da Força Aérea Brasileira por meio do Sistema de Cultura da FAB, o SISCULT, um sistema de gerenciamento cultural no âmbito da FAB, onde todo esse patrimônio é controlado em conjunto com os mais de quatrocentos quartéis, secretarias, esquadrilhas e esquadrões em funcionamento atualmente.

No capítulo 2, é descrito todo o processo de criação do Salão Histórico da FAYS, que seguiu dois caminhos concomitantemente: o projeto de recuperação da edificação, onde seria a instalação da exposição permanente e tudo que a envolve como espaço cultural; e o projeto expositivo, que envolve todo o desdobramento relacionado a uma exposição de longa duração,

²De acordo com Pierre Nora (1993), cria-se um lugar de memória quando não existe mais um meio de memória. Esse lugar representa a ausência de algo que não se pode mais acessar.

³Sigla utilizada para Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga.

suportes, textos, acervos, acessibilidade, climatização, iluminação e manutenção. Além de destacar o projeto educativo desenvolvido para estudantes de escolas da região.

No capítulo 3, o último e central deste trabalho, são apresentados os diagnósticos global e específico por meio de ferramentas que envolveram questionários, visitas técnicas, reuniões, levantamento de material técnico e documental e aplicação da análise SWOT⁴, uma matriz analítica amplamente utilizada em diagnósticos em diversos museus do mundo. Neste mesmo capítulo, como fruto do diagnóstico elaborado e a investigação das práticas museológicas da FAB, é proposto um Plano Museológico para adequação administrativa e técnico-profissional, visando o reconhecimento deste espaço como o terceiro Museu da FAB, depois do Museu Aeroespacial, localizado no Rio de Janeiro e do Museu de Aeronáutica, localizado em Recife.

Nas considerações finais, são apresentadas reflexões críticas e impressões pessoais acerca da trajetória deste espaço museológico dentro das normativas da FAB e das exigências que legislam a criação, desenvolvimento e gerenciamento de um equipamento museológico reconhecido como museu. Além disso, faz-se na seção uma análise do que foi gerado em termos de aprendizado ao longo da caminhada metodológica representada por este estudo.

⁴ SWOT é uma sigla em inglês que significa Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). Um método de análise amplamente utilizado para diagnósticos museológicos no Brasil. Sua utilização é incentivada pelo IBRAM como método de análise dos ambientes internos e externos que envolvem o museu.

CAPÍTULO 1 - A FAB E A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO SEU PATRIMÔNIO

1.1 Breve histórico sobre a criação da Força Aérea Brasileira

No início do século XX, a aviação avançava como promissor e revolucionário meio de transporte pelo mundo, além de estratégica ferramenta para a defesa das nações. No Brasil, a aviação era incipiente e frágil, existiam empresas particulares com pequenas aeronaves e as Forças militares, Exército e Marinha, viam a aviação como uma estratégia de proteção e defesa ainda de maneira rudimentar. A falta de pilotos militares e civis, de escolas de formação, de mão de obra especializada e de uma indústria voltada para o setor e o crescente desenvolvimento da aviação tanto civil como militar no exterior, fez com que o Presidente Getúlio Vargas decidisse, em 1941, pela unificação das aviações naval e militar, incumbindo o Ministro Joaquim Pedro Salgado Filho com a missão de desenvolver toda uma infraestrutura aeronáutica brasileira. O projeto envolvia o desenvolvimento da aviação civil, o incremento da indústria do setor, a criação de escolas de formação de pilotos e especialistas em manutenção aeronáutica e modificação da nomenclatura de Força Aérea Nacional para Força Aérea Brasileira. O documento que criava a nova pasta também incorporou o Departamento de Aeronáutica Civil (DAC) e o Ministério da Viação e Obras Públicas.

Liderada por Salgado Filho, foi criada a “Campanha Nacional de Aviação”, um projeto de arrecadação de fundos que reunia empresários, aeroclubes e o próprio governo para a expansão do setor no país. Por trás das ações estava o esforço de guerra e os acordos internacionais firmados com diversos países, como França, Estados Unidos, Suécia, Dinamarca, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suíça e Grã-Bretanha. O Correio Aéreo Militar, antes realizado pelo Exército (no interior) e pela Marinha (no litoral), é transformado no Correio Aéreo Nacional.

A produção de aeronaves foi incessante entre 1942 e 1949. A Companhia de Aeronáutica Paulista produziu 777 aviões do modelo conhecido como “Paulistinha”, um monoplane de asa alta, que serviu à formação inicial de pilotagem em aeroclubes ao longo da Segunda Guerra. O litoral era monitorado por dirigíveis que utilizavam radares para a localização de submarinos e que ajudavam em operações de salvamento de naufragos, vítimas dos ataques inimigos.

Em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, a FAB cria sua primeira unidade de combate aéreo, o 1º Grupo de Aviação de Caça. Os militares foram treinados nos Estados Unidos e ao retornarem, foram enviados para combater na Itália.

Durante a década de 1940, o Ministério aprovou o regulamento para o Serviço de

Investigação de Acidentes Aeronáuticos, uma atividade voltada para a prevenção de acidentes. Foi nesse período que a Aeronáutica deu os primeiros passos para a criação de um núcleo de referência em ensino, pesquisa e formação de mão de obra qualificada para a aviação, o atual Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Quando o ministro Salgado Filho deixou a pasta, no final de 1945, existiam 580 aeroportos funcionando no país, a maioria com pistas asfaltadas.

Quase trinta anos depois, em 1969, com a elevada produção de documentos, atos regulatórios, manuais de instrução e toda uma documentação atinente ao funcionamento da FAB, é criada a Diretoria de Documentação e Histórico da Aeronáutica (DIRDOC) com a missão de resguardar e normatizar a memória da Força Aérea através do controle de documentos administrativos e da correspondência oficial.

1.2 O patrimônio cultural da Força Aérea Brasileira e sua gestão

O Comando da Aeronáutica iniciou um trabalho voltado para a preservação de documentos e objetos históricos com a criação da Diretoria de Documentação e Histórico da Aeronáutica (DIRDOC), em 1969, e ficou determinado por meio do seu regulamento que ela teria que “propiciar a organização, incrementar e supervisionar o Museu da Aeronáutica”.⁵

Antes mesmo, a ideia de um Museu Aeronáutico data de 1943, quando o então Ministro da Aeronáutica Salgado Filho determinou sua organização, sendo o trabalho inicial e posteriores tentativas interrompidos por falta de local disponível e diversos entraves burocráticos.

Trinta anos depois, em 1973, o então Presidente Emílio Garrastazu Médici assina a criação do Núcleo Aeroespacial através do Decreto nº 72.553 de 31 de julho de 1973, onde decreta:

Art. 1º. Os artigos 15, 20 e 27 do Regulamento da Diretoria de Documentação e Histórico, aprovado pelo Decreto nº 67.555, de 12 de novembro de 1970, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. A Subdiretoria de Histórico e Cerimonial tem a seguinte constituição geral:

1. Subdiretor;
2. Divisão de Histórico;
3. Divisão de Cerimonial;
4. Arquivo da Aeronáutica;

⁵Decreto nº 67.555 de 12 de novembro de 1970. Aprova o Regulamento da Diretoria de Documentação e Histórico da Aeronáutica e dá outras providências.

5. Museu Aeroespacial.

Art. 20. O Museu Aeroespacial, diretamente subordinado ao sub-diretor de Histórico e Cerimonial, é o órgão que se destina a preservar o passado histórico da Aeronáutica Brasileira, através da exposição do seu acervo histórico.

Art. 27. Os Administradores da Biblioteca Central da Aeronáutica, do Arquivo da Aeronáutica são Oficiais civis do Quadro de Pessoal - Parte Permanente – do Ministério da Aeronáutica quando qualificados".

Art. 2º. O Museu Aeroespacial, com sede no Campo dos Afonsos, Estado da Guanabara, será dirigido por um Administrador em comissão ou contratado, na forma da legislação em vigor.

Art. 3º. Fica desativada, temporariamente, a Diretoria de Documentação e Histórico.

Parágrafo único. O Ministro da Aeronáutica fica autorizado a distribuir os encargos atribuídos à Diretoria de que trata este artigo entre os demais órgãos e organizações subordinados ao Comando-Geral do Pessoal.

Art. 4º. Fica criado o Núcleo do Museu Aeroespacial, subordinado diretamente ao Comando-Geral do Pessoal.

Parágrafo único. Ao Núcleo compete prover, dentro do prazo fixado pelo Ministro da Aeronáutica, as medidas indispensáveis para a ativação do Museu Aeroespacial.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvados os efeitos do disposto no artigo 3º, que retroagem a 22 de março de 1972. (BRASIL. Decreto nº72.553 de 31 de julho de 1973.)

Os trabalhos para a criação e abertura do Museu Aeroespacial (MUSAL) iniciaram-se naquele mesmo ano. A sede foi instalada no prédio e nos antigos hangares da Escola de Aeronáutica do Campo dos Afonsos no Rio de Janeiro, que fora transferida para Pirassununga e renomeada Academia da Força Aérea. O espaço de 15.195m² incluiria amplas áreas expositivas, internas e externas, com o objetivo de reunir o acervo aeronáutico relevante para a FAB, como aeronaves, cabines, peças de aviação, quadros e móveis além de uma área para o restauro dos aviões que seriam posteriormente incorporados à coleção e também um espaço para documentação que seria definido como Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial. A abertura ao público aconteceu em 18 de outubro de 1976. Atualmente, o MUSAL reúne um acervo de cerca de 15.000 peças⁶, sendo a maior coleção de aeronaves civis e militares num total de 128, sendo a maior coleção do tema no hemisfério sul.

Até então, a história materializada em acervo e documentação relacionada com a preservação da aeronáutica brasileira concentrava-se nos trabalhos do MUSAL e CENDOC, antigo DIRDOC, que fora extinto e renomeado para Centro de Documentação da Aeronáutica, o CENDOC, pelo Decreto nº 80.965 de 07 de dezembro de 1977.

Já na década de 1980, a demanda pela pesquisa, catalogação e destinação do acervo que chegava tanto no CENDOC como no MUSAL, fruto de doações, recolhimentos e espólios, era cada

⁶<https://www2.fab.mil.br/musal/index.php/acervo-museologico>. Acesso em 18 de novembro de 2020)

vez maior. O então Ministro do Supremo Tribunal Militar, Tenente-Brigadeiro do Ar Deoclécio Lima de Siqueira, engendrou esforços para a criação de uma Organização Militar (OM), subordinada ao Ministério da Aeronáutica (MAER) “voltada especificamente para a pesquisa e o registro de fatos marcantes da aviação brasileira e para o culto daqueles que nela se distinguiram por seus exemplos dignificantes.” (INCAER, 2016, p.30). Com um projeto delineado com base na proteção, pesquisa e divulgação da cultura aeronáutica, o Ministro da Aeronáutica na época, Tenente-Brigadeiro do Ar Octávio Júlio Moreira Lima, levou ao então Presidente da República, José Sarney, a proposta de criação da nova OM, denominada Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – INCAER, criado em 27 de junho de 1986, pelo Decreto nº 92.858 e estando diretamente subordinado ao Ministro, com a finalidade de preservar e publicizar a memória da aeronáutica brasileira. Em 1987, para dar continuidade ao trabalho de proteção e divulgação do patrimônio aeronáutico, ficou determinado que a sede do INCAER fosse instalada na antiga estação de passageiros de hidroaviões. Um prédio em estilo moderno, com paredes externas e internas revestidas de mármore travertino romano, pilotis, grandes marquises em balanço e fachadas de vidro, projetado pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima em 1938, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

O edifício, um exemplar tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1957, era a sede do Clube Militar, mas com a criação do INCAER e a determinação da sua sede naquele lugar, o Clube passou a exercer suas atividades no prédio anexo, construído posteriormente. Por meio do Ofício Interno nº 110/SRP3/2098 de 17 de março de 1987, a Aeronáutica informava ao IPHAN que a sede do INCAER passava oficialmente a ocupar o prédio da Antiga Estação de Hidroaviões.

Sendo assim, a sede do Instituto, estabelecida num lugar de memória, que deve ser preservado, não só pelo fato de ser um dos mais importantes exemplares da arquitetura moderna, mas, sobretudo, por integrar o acervo da história e da arte do país, reveste a Estação de Hidroaviões de uma dupla proteção, isto é, tanto pela competência do IPHAN como pela competência, inerente, do próprio INCAER. (INCAER, 2018, p.17)

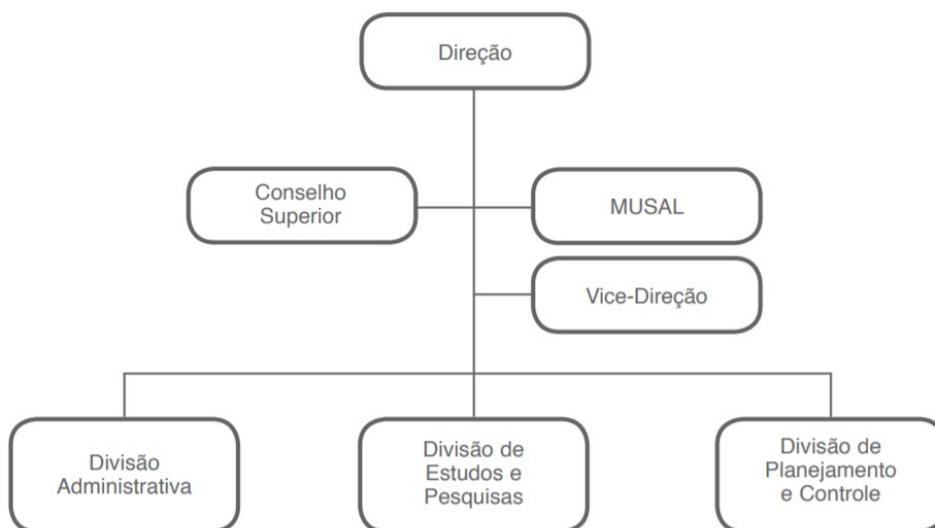
O Primeiro Diretor e também idealizador do Instituto, Tenente-Brigadeiro do Ar Deoclécio Lima de Siqueira, foi nomeado em 8 de outubro de 1986. Em uma entrevista dada para o *Jornal do Brasil* em 1990, ele destaca:

Há que se considerar, também, a necessidade de uma imperativa expansão de nossa influência. Por todo o campo neste imenso Brasil há e haverá sempre consciências prontas a colaborar pelas causas maiores da História e da Cultura. Uma ligação permanente com essas consciências é indispensável, pois geralmente elas são ávidas por fontes onde possam saciar sua sede de conhecimentos. Na verdade, são polos de irradiação que necessitam de um suprimento permanente de informações, o que, no caso, é obrigação precípua deste Instituto, para que a verdade não se

perca nos tortuosos caminhos da imaginação ou da ignorância, por falta de dados concretos. Para tanto, é imprescindível também uma ligação permanente com outros centros culturais, como nossos aeroclubes, nossas companhias comerciais de Aviação e as das outras nações, nossos correspondentes, etc.”(INCAER, 1990, p.23)

O Diretor estabeleceu a estrutura organizacional e o organograma, tendo como subordinado o Museu Aeroespacial (MUSAL), até então subordinado ao CENDOC, pois este era o órgão regulador dos assuntos atinentes à documentação histórica e museológica até a criação do INCAER.

Imagem 1: Primeiro organograma do INCAER (em vigor até 2010).



Fonte: Livro: INCAER 30 anos: A história contada pelos seus protagonistas. 2016 p.31.

Com a criação do INCAER, o patrimônio aeronáutico entrava em uma nova era, onde seria possível pesquisar, salvaguardar e divulgar o que era considerado relevante para a cultura de toda a organização. No ato de sua criação, o INCAER era definido como um “órgão onde fossem reunidos e preservados os fatos inerentes à história e à cultura geral da aeronáutica brasileira.”(INCAER, 2016, p.21) Seguindo as premissas da pesquisa e documentação histórica dentro do âmbito do COMAER, em 30 de outubro de 1989, a partir da doação de parte da coleção bibliográfica do Tenente-Brigadeiro do Ar Néelson Freire Lavenère Wanderley, e de Isaac Jakubowsky, funcionário civil da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), inaugura-se a Biblioteca Tenente Brigadeiro Moreira Lima, especializada em história da aeronáutica, história militar, biografias e periódicos dentro da temática aeronáutica na sede do INCAER.

A missão de registrar a história da aviação brasileira foi determinada pela Portaria nº 252/GM3, de 11 de abril de 1988, por meio da qual o INCAER receberia o encargo de editar livros, com o objetivo de tornar mais organizados e públicos os fatos relevantes para a construção da aeronáutica militar e civil no Brasil. Denominada Coleção História Geral da Aeronáutica Brasileira e editada a partir de 1988, a Coleção abrange um trabalho de pesquisa e registro de toda a história da Aeronáutica em formato cronológico, envolvendo a FAB, a aviação civil, a indústria aeronáutica, o controle e a defesa do espaço aéreo.

Nota-se que no início das atividades do INCAER, a pesquisa histórica e seu registro eram o foco do Instituto, ficando a área museológica, como exposições, pesquisa e levantamento do acervo tridimensional aos cuidados do MUSAL. Esta divisão ocorreu de forma quase natural, o MUSAL, criado nos moldes que conhecemos hoje, já estava em funcionamento desde 1973, curiosamente, seu Regimento Interno voltado para a área de museologia havia sido aprovado em 5 de junho 1987, vinte e dois dias antes da publicação de criação do INCAER, em 27 de junho daquele ano. Nesse sentido, o MUSAL ficou responsável pela pesquisa e exposição do acervo que se encontra sob seu domínio e o INCAER ficou responsável pela pesquisa e publicações de cunho histórico.

1.3 O Sistema de Cultura da Aeronáutica – SISCULT

Em 1999, o Ministério da Aeronáutica (MAER) é extinto e, com a criação do Ministério da Defesa, as Forças são reorganizadas em Comandos. E ao correspondente à Aeronáutica foi atribuída a sigla COMAER – Comando da Aeronáutica. A partir desse momento contemplando as alterações dentro da FAB, uma série de documentos normativos do Comando da Aeronáutica foi criada para normatizar, entre outras demandas, a gestão do seu patrimônio cultural de forma mais específica e detalhada, culminando na criação do Sistema de Cultura da FAB, o SISCULT, em 2010, cuja sede é o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, o INCAER.

Anos antes, a Aeronáutica já acompanhava uma crescente sistematização da área da cultura nas esferas municipal, estadual e federal, tal como visto a partir do ano de 2004, quando houve a elaboração do Sistema Brasileiro de Museus e do Estatuto dos Museus e a criação do Instituto Brasileiro de Museus em 2009.

Entretanto, faltava elaborar normativas que tratassem especificamente do patrimônio cultural da FAB. Foi através da Portaria nº 119/GC3, de 26 de fevereiro de 2010, que foi criado aquele que seria o instrumento da gestão cultural dentro da FAB. Ficou determinado que o

SISTEMA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA (SISCULT) teria como finalidade planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades culturais no âmbito da Força Aérea Brasileira.

A partir de então, uma série de publicações e normativas foram criadas e amplamente divulgadas dentro da FAB para que o seu patrimônio histórico e cultural fosse resguardado.

O SISCULT está inserido dentro do Sistema Federal de Cultura e subordinado diretamente ao Comando da Aeronáutica através do INCAER, que é o órgão que estabeleceu o organograma, normativas e orientações gerais quanto ao desenvolvimento e atuação.

O Sistema tem suas atividades voltadas para a salvaguarda do

Patrimônio Histórico Material e Imaterial; e seus desdobramentos dentro da Museologia; Heráldica; Documentação Histórica; Literatura; Música; Arquitetura; Produções Artísticas; Tombamentos e custódias; Tradições, Usos e Costumes, Crenças, Valores, Ações Históricas e Quotidianas e Cerimonial militar. (INCAER, p. 30, 2016)

Trata-se de um instrumento legal que adota as ações pertinentes para preservar a memória, as tradições e as crenças, bem como catalogar todo o acervo material e imaterial, tendo como base a legislação vigente.

Ainda na Portaria nº 119/GC3 de 2010, em seu parágrafo único, as atividades inerentes ao SISCULT são as relacionadas com:

- I – ampliar a capacidade de gerenciamento de assuntos relacionados com a Cultura no âmbito do COMAER;
- II – disciplinar as ações do Sistema, convertendo-as em fatores de capacitação, coesão e motivação da Força;
- III – racionalizar os recursos materiais e humanos na gerência de assuntos culturais;
- IV – integrar-se com os demais Sistemas do COMAER, utilizando-se de seus recursos ou fornecendo-lhes suporte para a consecução de suas finalidades normativas;
- V – integrar-se com os Sistemas e Órgãos externos, públicos ou privados,
- IV – integrar-se com os demais Sistemas do COMAER, utilizando-se de seus recursos ou fornecendo-lhes suporte para a consecução de suas finalidades normativas;
- V – integrar-se com os Sistemas e Órgãos externos, públicos ou privados, no trato de assuntos culturais de interesse do COMAER e da sociedade brasileira;
- VI – promover o desenvolvimento cultural no âmbito do COMAER; e
- VII – ampliar o conhecimento aeronáutico junto ao público interno e externo, por meio da divulgação do patrimônio histórico e cultural do Comando da Aeronáutica. (FAB. Portaria nº 119/GC3 de 2010)

O Sistema passa a centralizar uma série de funções relacionadas a tudo que é considerado patrimônio cultural, artístico e histórico dentro da FAB. Desde música, passando pela normatização de símbolos heráldicos, assessoramento para manutenção e criação de espaços culturais, registro e tombamento de patrimônio material e imaterial dentro do COMAER.

Para tornar eficaz esse gerenciamento central tão amplo são desenvolvidas publicações internas como Normativas, Instruções e Orientações Gerais a partir da Legislação disponível nos âmbitos, municipal, estadual e federal e adaptadas à realidade da FAB:

- DCA 14-11 “Política Cultural do COMAER”;
- DCA 15-2 “Estratégia de Cultura do COMAER”;
- NSCA 900-1 “Organização e Funcionamento do SISCULT”;
- ICA 906-1 “Atividade de Música no COMAER”
- ICA 904-1 “Registro de Fatos Históricos e Pesquisa Historiográfica no COMAER”;
- ICA 903-1 “Símbolos Heráldicos no COMAER”;
- ICA 903-2 “Espaços Culturais no COMAER”;
- ICA 902-1 “Preservação do Patrimônio Cultural no COMAER”;
- ICA 900-4 “Preservação dos Bens Culturais de Organizações Militares Transferidas e Desativadas do COMAER”;
- ICA 900-3 “Projetos Culturais no COMAER”;
- ICA 902-2 “Homenagem Permanente a Alberto Santos Dumont no COMAER”;
- ICA 905-1 “Produções Literárias no COMAER”;
- ICA 907-1 “Produções Artísticas no COMAER”;
- ICA 904-2 “Preservação da História em Missões Operacionais do COMAER”; e
- MCA 902-1 “Thesaurus do Patrimônio Cultural do COMAER”.(Idem anterior, p. 58 e 59)

São ao total quinze publicações que normatizam os assuntos ligados à área de abrangência do SISCULT. Essas normas passam sistematicamente por revisões pautadas nas necessidades internas do COMAER e nas alterações no sistema Federal de Cultura.

A partir da Norma de Sistema (NSCA) 900-1 de 2013, portanto, três anos após a criação do SISCULT, o Patrimônio Cultural do Comando da Aeronáutica foi definido oficialmente com base no próprio conceito de patrimônio cultural brasileiro presente no artigo 216 da Constituição Federal.

É interessante notar que, também em 2013, é publicada a Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 902-1 “Preservação do Patrimônio Cultural do Comando da Aeronáutica”, sendo reeditada em 2016. Somente após um período de estudos e levantamentos sobre a legislação vigente o Comando da Aeronáutica divulga as definições e orientações a serem seguidas para a preservação do seu próprio patrimônio, a fim de assegurar o controle dos bens culturais pertencentes à FAB.

A atual política de preservação do COMAER, através do seu órgão gestor, o SISCULT, utiliza como referência para bem cultural ou patrimônio cultural, a definição que consta no Artigo 216 da constituição Federal de 1988: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”(BRASIL. Constituição Federal. 1988, art.126). Assim, no âmbito do COMAER, a cultura passou a ser vista como uma atividade estratégica para o desenvolvimento da força e também como importante ferramenta para a preservação da história da instituição.

A lógica da preservação da memória da Força Aérea Brasileira enquanto instituição detentora de um patrimônio cultural vasto e complexo tem sido pesquisada e preservada sistematicamente através da equipe multidisciplinar composta por historiadores militares e civis, museólogos militares e civis, bibliotecários civis e arquivistas militares, além de oficiais que já estão na Reserva, mas capazes de uma colaboração insubstituível, devido aos seus conhecimentos dentro da Força, atuando como pesquisadores.

As atividades dentro do SISCULT abrangem todo território nacional. Para dar conta da demanda, são estipulados grupos de trabalhos (GTs) ou comissões de trabalho (CTs). Esses grupos ou comissões são determinados por nomeação do Diretor da unidade e a formação varia de acordo com o assunto e as especialidades dos profissionais, que podem ser militares ou civis.

Basicamente, o SISCULT classifica seus trabalhos em:

- a) Apoio à pesquisa: a cargo da Biblioteca do INCAER, cuja função é manter, classificar o acervo e auxiliar o público nas mais diversas necessidades dentro da pesquisa que envolvam a cultura aeronáutica; através do Clube do Livro, setor responsável pela venda e distribuição e publicações editadas pelo INCAER e Tecnologia da Informação (TI) que é o setor responsável pela diagramação das edições e exposições do INCAER/ SISCULT, além da manutenção do site da instituição.
- b) Atividades Culturais: O Instituto promove mensalmente o que é chamado de “Encontro INCAER”, onde diversos especialistas, militares e civis, proferem palestras sobre assuntos referentes à cultura aeronáutica. Dentro do campo de Atividades Culturais, o SISCULT participa

como membro efetivo do FIDEHAE – Federação Internacional de Estudos Históricos Aeronáuticos e Espaciais, sendo, periodicamente, a sede do Congresso Internacional.

c) Produções Culturais: Além da Coleção Aeronáutica, a publicação mais completa sobre a história da Aeronáutica brasileira, o SISCULT também publica uma série de opúsculos sobre biografias de militares que se destacaram no exercício do seu ofício e episódios marcantes que se destacaram na história da FAB. Até 2020 foram publicados 42 opúsculos; o Projeto Memória, trata do registro, através da História Oral, de fatos importantes dentro da FAB narrados pela lente de militares que participaram destes momentos e, por fim, o Noticiário INCAER, uma publicação bimestral distribuída internamente onde são registrados os trabalhos realizados pelo INCAER, desde exposições, conferências até visitas de delegações e missões de assessoramento a Organizações Militares feitas pelos profissionais do SISCULT.

Com relação ao tratamento dado ao patrimônio material e imaterial da FAB, o SISCULT dispõe de 3 linhas de trabalho com fins de manutenção desse acervo e de sua história. São eles:

a) Registo Histórico: é o trabalho de registro dos fatos importantes acontecidos em cada Organização Militar (OM) através de ficha de Registro Histórico e álbum fotográfico. Esses registros são de responsabilidade da seção de Comunicação Social de cada OM e anualmente, uma ficha, intitulada de FAFH – Ficha Anual de Fatos Históricos, é disponibilizada digitalmente para preenchimento e envio para arquivamento digital nos servidores do SISCULT. O objetivo é construir um repositório digital que contribua para a construção da memória de todo COMAER através de suas unidades.

b) Cadastro histórico e Livro histórico: trata-se de dois dispositivos, também disponibilizados digitalmente, onde cada OM deve preencher com informações específicas, tais como: acervo material, situação cadastral deste acervo, heráldica, inventário, alterações significativas que possam impactar o patrimônio sob tutela daquela OM, ente outros assuntos.

c) Inventário e Cadastro de bens culturais de caráter imaterial: sobre estes bens, cabe aqui fazer uma pequena explanação sobre o que é e porque eles são importantes para a política de preservação do patrimônio cultural sob jurisdição da Força. O inventário é a modalidade de preservação que ocorre por meio da identificação e de uma listagem resumida e descritiva dos bens que se referem aos saberes, às formas de expressão, às celebrações e aos lugares onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

O Cadastro também é um documento legal, onde estão inscritos os bens culturais que receberam parecer favorável ao cadastro pela CPCCA (Comissão de Patrimônio Cultural do

Comando da Aeronáutica) em sua reunião semestral e aprovados pelo Diretor do INCAER. O reconhecimento deste bem como bem cultural imaterial deve ser publicado, por meio de ato administrativo, em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA). Os bens imateriais cadastrados são inscritos no Livro de Cadastro, com a devida tipologia (Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares), constando o número da Portaria (documento publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica), o nome do bem, a OM, o local onde se manifesta e histórico completo. A escrituração e guarda deste Livro de Cadastro compete ao INCAER. Também é produzido um Dossiê de Bem Cultural Imaterial que é composto pela Ficha de Proposta de Inventário de Bem Cultural Imaterial, pelo Relatório de Pesquisa, pela Ata contendo o parecer e demais documentos que contribuam para a salvaguarda do bem.

Regularmente, o que chega para ser inventariado é a documentação que fará parte do dossiê. Sobretudo, os símbolos heráldicos (bolachas, emblemas, distintivos, bandeiras, estandartes, flâmulas e logotipos) que são classificados como bens imateriais não precisam obrigatoriamente ser remetidos para o INCAER aos cuidados do SISCULT para seu inventário e cadastro. Isto ocorre em situações de exceção como doação, por exemplo. Nesses casos, o INCAER envia o bem para tratamento e acondicionamento na Reserva Técnica do Museu Aeroespacial (MUSAL).

Cabe aqui fazer uma elucidação sobre a relação dos símbolos imateriais com a heráldica e reconhecimento destes como patrimônio imaterial para o COMAER.

Com o advento do Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica (SISCULT), por intermédio da Portaria nº 119/GC3, de 26 de fevereiro de 2010, a ciência Heráldica ou a arte dos brasões, como alguns autores preferem denominar, passa a fazer parte das manifestações simbólicas da cultura aeronáutica e, por conseguinte, deve ser preservada e valorizada como patrimônio cultural imaterial do Comando da Aeronáutica. (FAB, ICA 903-1, 2017. p.11)

Isto significa que, para a FAB e no âmbito dela, a heráldica e seus símbolos como estandartes, distintivos, emblemas, bolachas de voo, brasões, entre outras representações, são considerados patrimônio imaterial. Não se sabe ao certo a origem desta determinação e a interpretação para esta classificação. O que sabemos é que a heráldica atualmente, é classificada como bem cultural imaterial devida ao seu simbolismo e o que representa para o grupo ao qual faz parte, isto quer dizer que o símbolo heráldico é interpretado e tem sua importância validada a partir da carga simbólica que ele carrega.

A FAB possui uma publicação que trata exclusivamente da heráldica, a ICA 903-1 - Símbolos heráldicos do Comando da Aeronáutica. Esta publicação foi desenvolvida para normatizar a criação, interpretação e classificação dos símbolos heráldicos da FAB, conforme a relação abaixo:

- a) Emblema;
- b) Distintivo de Organização Militar (DOM);
- c) Distintivo de Condição Especial (DCE);
- d) Distintivo de Curso;
- e) Logotipo;
- f) Estandarte;
- g) Flâmula;
- h) Símbolo da Força Aérea Brasileira;
- i) Cocar da Força Aérea Brasileira;
- j) Brasão do Comando da Aeronáutica;
- k) Estandarte do Comando da Aeronáutica;
- l) Galhardete;
- m) Insignias Representativas de Autoridades; e
- n) Selo de Organização Militar. (FAB, ICA 903-1, 2017 p. 16)

Essa interpretação da heráldica e sua classificação como patrimônio imaterial é alvo de estudos e pesquisas dentro do SISCULT, pois se trata de uma interpretação pouco usual no âmbito da classificação da heráldica e suas representações como patrimônio cultural. O que se aplica atualmente, em termos de normas para elaboração e classificação é que os símbolos descritos acima são considerados como patrimônio imaterial e são submetidos a análises para pareceres dentro das normativas publicadas na ICA 903-1. O SISCULT toma como princípios para essa classificação a UNESCO:

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais. (UNESCO, 2003 p.5.)

E o IPHAN:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em 19 de janeiro de 2021.)

A classificação da heráldica dentro da FAB segue essas premissas porque é compreendido que os símbolos heráldicos são frutos da tradição, da representação de um grupo, da afirmação de valores simbólicos passados e perpetuados entre gerações e, no caso específico da FAB, entre turmas e organizações militares ao longo dos anos.

E por fim, foi disponibilizado em 2020 para testes nas OMs, o software E-SISCULT, um projeto desenvolvido para gestão do acervo de toda a FAB. Através da Intranet, cada OM designará militares ou civis que terão acesso ao software para cadastrar, pesquisar e disponibilizar, informações referentes aos bens culturais do COMAER através dos Espaços Culturais, Heráldica, Fichas de Inventário de Bem Cultural Material e Imaterial, Livros de Inventário de Bens Culturais Materiais, Thesaurus, Cadastro Histórico, Livro Histórico, Hinos e Canções, Acervo Musical e as Bandas de Música e Marcial presentes na FAB.

Este software tem por objetivo facilitar o acesso, o registro e a recuperação da informação referente ao patrimônio cultural do Comando da Aeronáutica, integrando de forma sistêmica toda a área de cultura e história da FAB. Os estudos para disponibilizar essa ferramenta para pesquisa externa estão em fase conclusiva.

É perceptível a expansão do SISCULT e seu alcance dentro da FAB nos últimos anos através da produção de publicações e normativas e da divulgação interna do trabalho de pesquisa que envolve a sua missão dentro do INCAER. A procura pelo assessoramento e desenvolvimento de espaços culturais (atualmente o COMAER conta com 65 espaços culturais abertos ao público em geral), a revisão periódica visando ao aprimoramento das publicações específicas que buscam a adequação ao patrimônio aeronáutico, a composição de uma equipe de trabalho com profissionais especialistas nas áreas relacionadas ao estudo e à preservação deste patrimônio demonstram como a

cultura tem sido reconhecida como uma atividade estratégica para o desenvolvimento da Força e também como importante ferramenta para a preservação da história da instituição.

CAPÍTULO 2 - O DESENVOLVIMENTO DO SALÃO HISTÓRICO DA FAZENDA DA AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA

2.1 Breve histórico sobre a criação da Fazenda da Aeronáutica e seu papel dentro da FAB

O ano era 1942 e o então Ministro da Aeronáutica, Joaquim Pedro Salgado Filho, encaminha o ofício de nº G/213 de 07 de novembro de 1942 ao presidente da República Getúlio Vargas, onde fazia uma exposição de motivos sobre a necessidade de um novo local a ser escolhido para a implantação de uma nova e definitiva sede da Escola de Aeronáutica, em substituição à existente e sediada no Campo dos Afonsos. Salgado Filho havia estabelecido uma comissão composta por militares que seria responsável pelo estudo e produção do relatório onde seria exposto o local escolhido para o projeto: a área denominada Campo Alto, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo. Ainda no mesmo ano, em 19 de novembro, é publicada a decisão sobre o local da nova sede da Escola de Aeronáutica, na área situada a leste da cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo, conforme a Comissão havia sugerido e autorizava o Governo do Estado de São Paulo a proceder as desapropriações que se fizessem necessárias.

Em 1944, o Governo do Estado de São Paulo desapropria as terras do Campo Alto, conforme decisão anterior, e as entrega ao Ministério da Aeronáutica para que se iniciem os estudos de viabilidade e implantação da Escola de Aeronáutica na cidade de Pirassununga, descrita na planta geral e memorial, elaboradas pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro de São Paulo. Da área destinada à construção da Escola da Aeronáutica, foram desapropriados aproximadamente 3.600 alqueires destinados à construção da Fazenda da Aeronáutica, que passou a ser um estabelecimento agropastoril e industrial. Sua finalidade era suprir as unidades militares e as famílias dos funcionários civis e militares da área, bem como ser responsável por manter a vigilância de toda a área doada ao Ministério.

O Engenheiro Civil Durval Marques Pinheiro (1890-1960) foi o encarregado das obras iniciais da nova Escola de Aeronáutica de Pirassununga que só entraria em funcionamento nas novas instalações em 1971. Em 1945, iniciou a exploração agrícola na região utilizando-se do regime de “terça”, ou seja, a entrega pura e simples do terreno de terceiros para o plantio, ficando

sob sua responsabilidade desde o preparo das terras até a colheita respectiva. Nesta negociação, cabia à Fazenda um terço da colheita e a primazia na escolha do produto colhido.

No dia 04 de junho de 1948, o Capitão Intendente Francisco Marcondes Teixeira Leite Júnior, assumiu oficialmente o primeiro comando da Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga.

O comando do Capitão Intendente Francisco Marcondes Teixeira Leite Júnior caracterizou-se por colocar em pleno funcionamento a exigência de manter a maior parte das terras doadas ao Ministério da Aeronáutica produtivas, primando pela ampliação do setor animal, com a aquisição de equinos, bovinos e suínos, a manutenção da olaria e da pocilga que já existiam antes da desapropriação, e a construção de casas para colonos. Em 22 de setembro de 1950 deixou o cargo, assumindo o comando o Capitão Intendente João Augusto Viana, que deu prosseguimento à produção da fazenda.

As administrações posteriores ampliaram o setor pecuário e a olaria, além de construção de um estábulo junto à pocilga da sede e de um matadouro, com a instalação de câmaras frigoríficas, campo de futebol, depósito de cereais para armazenamento adequado da produção e a casa-sede sofreu diversas reformas, sem perder, contudo, suas características originais. Cumpre dizer que a casa-sede não é a casa onde hoje está instalado o Salão Histórico. A edificação onde funciona o espaço museológico fica a aproximadamente 200 metros desta construção.

A Fazenda foi pioneira na região no plantio de café e trigo e, posteriormente, no cultivo de cana-de-açúcar para os mais diversos usos, desde a alimentação do gado até a produção de biocombustível.

Foi na década de 1950 que, além de casas para militares e colonos, foi erguida uma edificação com o mesmo estilo arquitetural da casa-sede. Acredita-se que seu uso foi para a moradia do Comandante/Administrador da Fazenda e, posteriormente, tornou-se casa para oficiais gerais em viagem ou em visita oficial. Hoje, funciona como sede administrativa da fazenda.

O terreno da Fazenda cobre uma área de 6.503 hectares de área total, com 1.500 hectares cobertos por mata de preservação permanente. A produção alimentícia serve aproximadamente 20.000 refeições por semana e abastece unidades militares da região de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. As principais atividades de responsabilidade da Fazenda englobam a vigilância e a manutenção produtiva das áreas por ela ocupada, atividades agrícolas, pecuárias, extrativas,

industriais e comerciais, necessárias ou consequentes à produção; suprimento da Guarnição da Aeronáutica de Pirassununga com gêneros de sua produção; abastecimento do pessoal civil e militar da Guarnição através de um serviço de Reembolsável⁷; e comercialização do excedente da produção no mercado local. O efetivo em dezembro de 2020 era de 95 militares e 97 civis. A produção bovina é composta por 200 cabeças de gado leiteiro da raça holandesa criadas no sistema de semiconfinamento, o que permite aos animais gastar pouca energia, além de receber vários cuidados relativos ao seu conforto térmico e outros. O seu manejo (tratamento, prevenção de doenças e alimentação) é realizado em parte por militares e conta também com civis da FAYS habilitados em veterinária ou zootecnia, que desenvolvem pesquisas na área do melhoramento genético da raça. Todos os animais são inseminados artificialmente, com sêmen de touros americanos e canadenses. A metodologia utilizada na criação bovina reflete diretamente na qualidade da carne, do leite e seus derivados. No sistema adotado de semiconfinamento, cada animal tem seu próprio espaço, onde recebem alimento, a silagem com suplementos alimentares produzidos e manipulados na própria fazenda, três vezes ao dia. Trata-se de uma dieta balanceada, voltada para produção do leite do tipo A.

O trabalho realizado no setor é reconhecido pela Universidade de São Paulo (USP), que estabeleceu uma parceria com a fazenda onde os alunos de cursos de graduação e pós-graduação em Veterinária podem participar de aulas práticas. O investimento na capacitação e especialização de seus funcionários civis e militares permitirá implantar em 2021 a técnica de fertilização *in vitro* (em regime de parceria com a USP) buscando o melhoramento genético dos animais.

Este tipo de melhoramento genético também está presente na suinocultura, a exemplo da bovinocultura de leite. As fêmeas que são inseminadas (matrizes) e os machos nos quais são coletados seu sêmen vêm de uma linhagem própria para a reprodução. A troca das matrizes ocorre sucessivamente ao longo do período em que a fêmea abaixa a sua produtividade, normalmente após o seu oitavo parto. No caso dos machos a substituição ocorre quando a qualidade de sêmen diminui.

Parte da área cultivável é destinada à produção de cana-de-açúcar para biocombustível, o que gera uma colheita entre 2,5 a 4 toneladas por semana. Uma pequena área desta produção, cerca

⁷Sistema de comércio interno, onde militares e civis que trabalham nos quartéis da região podem adquirir mercadorias produzidas na fazenda, fardamento e acessórios.

de 4 hectares de quase 300, é destinada ao cultivo de cana, especificamente para a produção da aguardente denominada e registrada com o nome comercial de *Faysca*. Com início na década de 1980, a confecção da aguardente se mantém até hoje e, atualmente, é utilizada como item de representação da FAB tanto no Brasil quanto no exterior. É produzida de modo artesanal em tonéis de madeira de carvalho, mantendo as características originais do produto. A produção anual é de aproximadamente 5.500 litros.

Outra produção importante que é realizada na fazenda é a de ração operacional. Trata-se de um tipo específico de alimentação rica em proteínas e carboidratos desidratados e utilizados em treinamentos e operações táticas dentro da FAB.

|2.2 O projeto expográfico do Salão histórico da FAYS

Na fazenda da Aeronáutica, única unidade militar com características totalmente distintas de um quartel tradicional, a ideia de desenvolver um espaço expositivo surgiu como desdobramento de um momento de comemoração pelo papel que vem sendo desenvolvido nos últimos 71 anos. É importante frisar que ela fica dentro da extensa área pertencente à Academia da Força Aérea, um dos centros de formação de militares de nível superior da Aeronáutica. Unidade militar de ensino que recebe visitas de delegações militares internacionais e desenvolve projetos de visitação abertos ao público externo desde a década de 1990, tendo inclusive, duas salas de memória abertas à visitação, uma na própria Escola e outra na sede da Esquadrilha da Fumaça.

Desenvolver um espaço expositivo a partir do acervo disponível, iconografia e pesquisa histórica, com a intenção de resguardar a memória de determinado lugar é recorrente em diversas instituições. Na Aeronáutica, Força militar que completou 80 anos em 20 de janeiro de 2021, a intenção de preservar, pesquisar e expor sua história tem se tornado mais frequente. Entre os anos de 2017 e 2019, diversos quartéis da FAB solicitaram ao Instituto Cultural e Histórico da Aeronáutica (INCAER), órgão gestor da Cultura na FAB, assessoramento para desenvolvimento e criação de Salas Históricas, Memoriais e Museus. Percebe-se um crescimento no interesse pela área de preservação da memória e da história da FAB, em suas várias modalidades.

E esse crescimento pode ser reflexo da divulgação em palestras, conferências e reuniões de Gabinete dentro da esfera do COMAER para impulsionar e solidificar as políticas de preservação do patrimônio desenvolvidas pelo INCAER, através do SISCULT, a partir da legislação federal sobre museus e espaços culturais, sobretudo a contar do ano de 2010, quando foi criado o SISCULT em um claro objetivo de incentivar e normatizar a preservação do patrimônio histórico e cultural da Aeronáutica brasileira.

Em agosto de 2018, uma equipe composta pela autora deste trabalho e a historiadora civil Mariana Azevedo, também do INCAER, foi designada para prestar assessoramento à Fazenda da Aeronáutica, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento daquele que viria a ser o terceiro Museu da Aeronáutica, após o Museu Aeroespacial no Rio de Janeiro e do Museu de Aeronáutica do Recife, criados em 1976 e 1995, respectivamente.

A intenção inicial era desenvolver um espaço de memória dentro da temática militar da Aeronáutica e, também, um projeto educativo voltado, sobretudo, para crianças e adolescentes, com o objetivo de mostrar o dia a dia de uma fazenda e apresentar a FAB como uma opção de carreira profissional na área tecnológica. A vida militar aeronáutica possui inúmeras possibilidades, desde engenharia, pilotagem de aeronaves, formação de administradores e economistas, chegando até a atuação na medicina veterinária com suas especializações, caso específico da fazenda com sua produção suína e bovina.

2.2.1 Projeto de recuperação e adaptação da edificação

Ainda em 2018, começaram as reuniões e pesquisas para alavancar o projeto do espaço museológico. Costumou-se falar em Museu da FAYS, mas desde o início já era sabido que essa nomenclatura não poderia ser utilizada sem a apresentação de um plano museológico para o espaço e demais exigências que se encontram nas legislações específicas.

Isto porque de acordo com a legislação brasileira, especialmente o Estatuto de Museus (Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009) em sua Seção III, artigos 44 a 47, que dispõe sobre o Plano Museológico aponta que:

Art 46. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.

Art. 47. Os projetos componentes dos Programas do Plano Museológico caracterizar-se-ão pela exequibilidade, adequação às especificações dos distintos Programas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente. (BRASIL, Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009)

A terminologia Museu foi então substituída por Salão Histórico da FAYS. Já que a Direção da Fazenda optou por não desenvolver um plano museológico naquele momento, foram definidos dois caminhos para a execução do projeto do Salão Histórico: o de recuperação arquitetônica alinhado ao expositivo, para que as obras iniciassem o mais rápido possível e o espaço fosse inaugurado ainda no primeiro semestre de 2019.

A partir da definição do escopo do projeto expositivo e do projeto de recuperação da edificação, foi designado um grupo de trabalho de militares e civis composto pela autora desta dissertação, pela historiadora civil Mariana Azevedo, pelo engenheiro civil Luiz Anunciato, pelo designer civil Alexandre Vicente, pelo Coronel Samuel de Mattos Barroso Júnior, pelo Major Alan Almeida Ramalho, e pelo Primeiro Sargento Renato Augusto Braz, responsável pelo setor de Comunicação Social. O local sugerido pela Direção da Fazenda para desenvolvimento do projeto foi a casa onde viveu o primeiro administrador e posteriormente os comandantes desta unidade até a vila militar⁸ ficar pronta na década de 1970. O projeto de recuperação da edificação foi feito respeitando, sobretudo, as características da construção externa, sua fachada e jardim. O interior foi bastante modificado para atender às necessidades de um espaço museológico e para oferecer segurança e conforto aos visitantes e funcionários. O impacto da deterioração de anos sem manutenção efetiva só foi percebido quando as obras de recuperação iniciaram e foi dos maiores desafios do projeto. Concomitantemente às obras de recuperação arquitetural, foi feito o projeto do circuito expositivo para que as obras internas também fossem realizadas.

Durante a concepção do projeto de recuperação arquitetônica, o objetivo da equipe envolvida e gerenciada por um arquiteto e pela museóloga responsável pelo projeto expositivo, era de preservar, como já dito, a estrutura externa da casa, a predominância da cor branca e a presença de janelas azuis, cores emblemáticas para a FAB. Assim como Brandi que defendia que “(...) a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível” (BRANDI, 2008, p. 33) todas as etapas de recuperação da casa foram pensadas para que

⁸Local onde residem os militares que servem nos quartéis da FAB.

seguissem a mesma linha da construção original e se preservassem suas características dentro do possível, uma vez que a edificação já havia passado por diversas reformas ao longo dos anos em que esteve em uso. Buscando seguir o rigor da estética externa da casa, o piso da varanda que originalmente era em ladrilho hidráulico decorado com arabescos e florais foi todo substituído por outros idênticos e feitos sob encomenda na capital paulista. As janelas frontais também foram substituídas por outras idênticas, justamente para manter as características originais, a porta principal foi substituída por outra com as mesmas características sendo que mais larga e nivelada ao piso para facilitar a entrada de cadeiras de rodas.

Imagens 1, 2, 3 e 4: Recuperação Arquitetônica





Fonte: Acervo FAYS

Segundo o Instituto Brasileiro de Museus:

Recupera-se aqui (edifícios tombados nas esferas municipal, estadual e federal) a valorização do patrimônio histórico edificado, através de características que podem estar ligadas ao seu valor hedônico, com valorização da composição arquitetônica originalmente concebida, além de funcionar como testemunho físico da memória de um povo tendo o uso museológico na complementação desse propósito. O valor cultural é alcançado pela reinserção dessas edificações no contexto atual, valorizando-as por sua importância histórica e integrando a sociedade neste processo. (IBRAM, 2020, p.11)

E preconiza que:

(...) questões de segurança, conservação, conforto e exposição necessitam ser bem resolvidas para o funcionamento adequado de uma instituição museológica em um edifício pré-existente.”. (IBRAM, 2020, p.12)

Nesse sentido, os estudos para o projeto de recuperação da edificação, seguiram de forma a manter a estrutura característica externa e adaptaram a estrutura interna envolvendo as questões de segurança, proteção do acervo e acessibilidade.

A casa em sua planta original era composta por duas salas, quatro quartos, três banheiros e uma cozinha com área. Como o objetivo era adaptar o interior da casa para servir às necessidades dos espaços expositivos e aos demais espaços relacionados ao Salão histórico (reserva técnica, copa, banheiros, sala da administração), todos os cômodos foram readequados, algumas paredes foram derrubadas e outras refeitas em *drywall*. O acabamento das paredes que sobraram foi retirado e os tijolos aparentes foram tratados para remeter à rusticidade de uma casa de fazenda antiga. Acredita-se, inclusive, que originalmente os tijolos eram aparentes, mas para “modernizar” o que seria o lar de um alto comandante e sua família, as paredes receberam um acabamento mais moderno e assim permaneceram até voltar ao original em 2019.

Imagens 5, 6, 7 e 8: Imagens internas da casa após o início das obras de retirada do reboco que revestia as paredes e janelas





Fonte: Acervo da FAYS

O telhado, que mesclava telhas francesas com outras fabricadas inclusive na extinta olaria da fazenda, precisou ser todo trocado por um telhado de fibra mais resistente, assim como as tesouras. Diante da precariedade do telhado, optou-se por substituir todas as telhas por um telhado mais resistente. Algumas telhas originais foram guardadas como acervo histórico.

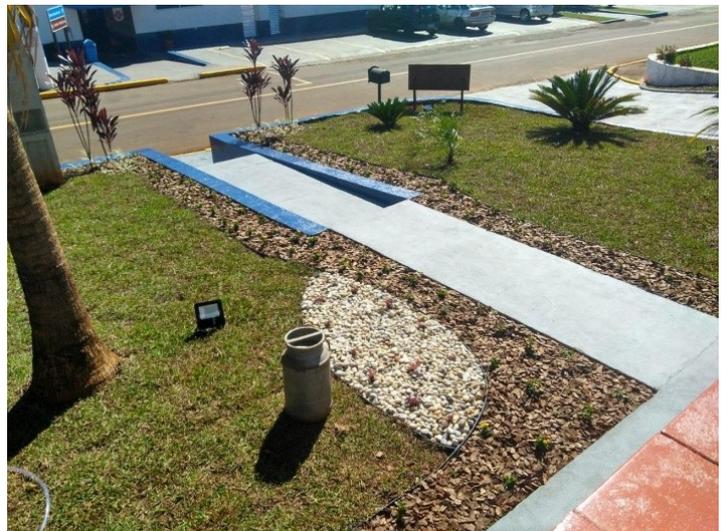
Imagem 10: Substituição do telhado



Fonte: Acervo da FAYS

O jardim frontal também precisou ser refeito, pois havia uma árvore com um enraizamento muito grande que estava invadindo o subsolo da casa, o que poderia arrebentar o piso da varanda novamente. Essa árvore foi replantada em outro lugar na própria fazenda.

Imagens 11 e 12 : jardim frontal



Fonte: Acervo da FAYS

A maior dificuldade da parte de recuperação foi a parte interna da edificação. A hidráulica foi toda modernizada, a elétrica também foi substituída e sua carga aumentada para dar conta dos aparelhos de ar-condicionado e da iluminação de serviço e de exposição. O piso em madeira *parquet* também teve que ser removido por conta da infestação de cupins, sendo substituído por porcelanato antiderrapante, mais seguro e de manutenção mais simples.

Imagens 13, 14, 15, 16 e 17: Substituição do piso





Fonte: Acervo da FAYS

Um dos pontos que recebeu uma atenção dentro do projeto, tanto de recuperação da arquitetura quanto o da expografia, foi o da acessibilidade. Quando falamos em acessibilidade, estamos falando em discursos de gestão e inclusão que não podem ser negligenciados durante um processo de recuperação e adaptação de uma edificação para o funcionamento de um equipamento museológico.

A discussão vai além da adaptação do espaço físico. No Brasil, a legislação mais atual que garante os direitos das pessoas com deficiência é de 2015 e afirma:

Art. 53 Acessibilidade é um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. (BRASIL. Lei 13.146. Brasília, 2015)

Dentro dos espaços culturais, a acessibilidade universal serve não somente para os portadores de características que podem limitar a fruição. A adaptação desses locais garante

ambientes que facilitam o acesso físico, comunicacional e intelectual, tornando os museus e espaços culturais mais acolhedores e inclusivos para os idosos, pessoas com mobilidade reduzida, famílias com bebês e crianças pequenas, os novos visitantes e pessoas com condições física, sensorial e intelectual especiais.

Nesse sentido, a questão da acessibilidade teve seu peso destacado no processo de desenvolvimento do projeto. Durante as reuniões, sempre era pontuada a questão de como tornar a edificação e a exposição acessíveis ao maior número de pessoas possível. Na ICA 903-2, o Anexo B, serve como balizador para orientações quanto à acessibilidade em espaços culturais e orienta quanto à adaptação da edificação, apresentação dos textos de forma clara pretendendo a facilidade na compreensão por grupos diversos, sinalização dos ambientes internos e externos, uso de materiais adequados em pisos e revestimentos, entre outros aspectos que são relevantes para a questão da acessibilidade como objeto de inclusão dentro de espaços culturais.

Um desafio que a equipe teve que transpor para que a exposição pudesse ser acessível e inclusiva a todos. A questão da acessibilidade em museus é muito abrangente e vai desde a inclusão no espaço físico até a inclusão democrática no espaço do conhecimento, através de ações educativas, por exemplo. Foi a partir de publicações do IBRAM e do IPHAN que a equipe responsável pela exposição criou estratégias de acessibilidade para dar acesso ao interior do Salão e dependências abertas ao público. No que se refere à arquitetura da casa e do seu entorno foi refeita a rampa que dá acesso à garagem para dar acesso lateral à varanda, onde está localizada a porta de entrada do Salão. Os banheiros foram adaptados com barras de apoio, assentos sanitários com altura acessível e lavatórios com altura reduzida e sinalização adequada para aqueles que possuem baixa ou nenhuma visão.

No que se refere à exposição, foi solicitada a transcrição dos textos resumidamente em braile. Os textos de toda exposição foram escritos de forma simples e didática para que fossem de fácil compreensão e foram adquiridos bancos de madeira que servem de apoio e descanso.

Tanto a ICA 903-2 quanto as publicações já citadas referentes à acessibilidade foram utilizadas também com base para delinear as instruções e sugestões as seguintes legislações: Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras

providências; a Lei Federal no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, e a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira da Inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Outra norma que influenciou diretamente a elaboração dessas publicações já citadas foi a Norma Brasileira de Acessibilidade NBR-9050 do ano de 1984 e atualizada em 2020. Trata-se de um documento para regulamentação técnica de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. A criação dessa norma originou-se diretamente das ações do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, criado pela ONU em 1981, onde também foi discutida e amplamente divulgada a terminologia conhecida com Acessibilidade Universal, um termo criado na década de 1960 e oriunda da terminologia utilizada no design como “Desenho Universal” – um conceito da arquitetura e do design baseado na diversidade humana onde, segundo Gabrilli:

A concepção de conforto está intimamente ligada a fatores pessoais: nossa altura, dimensão, idade, destreza, força e outras características. Pensando nisso, em 1961, países como Japão, EUA e nações europeias, se reuniram na Suécia para discutir como reestruturar e recriar o velho conceito que produz para o dito “homem padrão”, que nem sempre é o “homem real”. Assim, esta primeira conferência internacional foi berço para que, em 1963, em Washington, nascesse a Barrier Free Design, uma comissão com o objetivo de discutir desenhos de equipamentos, edifícios e áreas urbanas adequados à utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Mais tarde, esse conceito – tomado com mais profundidade pelos Estados Unidos – ampliou seu foco e mudou de nome. Passou a ser chamado de Universal Design e se propôs a atender TODAS as pessoas, num aspecto realmente universal. (CARLETTO & CAMBIAGHI, 2016, p. 8 e 9)

Contudo, foi em 1987 que o arquiteto americano Ronald Lawrence Mace, cunhou o termo “acessibilidade universal”. Ele, que era portador de limitações e necessidades especiais (era cadeirante e utilizava respirador artificial), desenvolveu o termo em inglês Universal Design, que ia ao encontro das premissas preconizadas pela ONU na década de 1980 para inclusão de pessoas com deficiência nos mais diversos espaços de convívio social.

Ele estabeleceu o que ficou conhecido como os 7 princípios do Desenho Universal:

1. IGUALITÁRIO

Uso equiparável: espaços, objetos e produtos que podem ser utilizados por pessoas com diferentes capacidades, tornando os ambientes iguais para todos.

2. ADAPTÁVEL

Uso flexível: design de produtos ou espaços que atendam pessoas com diferentes habilidades e diversas preferências, sendo adaptáveis para qualquer uso.

3. ÓBVIO

Uso simples e intuitivo: fácil entendimento para que uma pessoa possa compreender, independentemente de sua experiência, conhecimento, habilidades de linguagem ou nível de concentração.

4. CONHECIDO

Informação de fácil percepção: quando a informação necessária é transmitida de forma a atender às necessidades do receptor, seja ela uma pessoa estrangeira, com dificuldades de visão ou audição.

5. SEGURO

Tolerante ao erro: previsto para minimizar os riscos e as possíveis consequências de ações acidentais ou não intencionais.

6. SEM ESFORÇO

Baixo esforço físico: para ser usado eficientemente, com conforto e com o mínimo de fadiga.

7. ABRANGENTE

Dimensão e espaço para aproximação e uso: estabelece dimensões e espaços apropriados para o acesso, o alcance, a manipulação e o uso, independentemente do tamanho do corpo (obesos, pessoas de baixa estatura etc.), da postura ou mobilidade do usuário (pessoas em cadeiras de rodas, com carrinhos de bebê, bengalas etc.).

Ao considerar os princípios do Desenho Universal integrados aos projetos de exposições e ambientes abertos dos museus, é necessário levar em conta que serão necessárias algumas adequações para que os visitantes com deficiência possam usufruir o espaço. (MACE apud CARLETTO & CAMBIAGHI, 2016, p.12-17)

Estes sete princípios não são restritos ao público com necessidades especiais, eles norteiam a questão da acessibilidade universal e sua adequação nos mais diversos espaços.

O termo acessibilidade universal é amplamente utilizado no Brasil, sendo encontrado, inclusive na Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009 que Institui o Estatuto de Museus, onde no artigo 35 determina que “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”.

Desse modo, a partir dos padrões estabelecidos para acessibilidade universal dentro dos princípios do desenho universal em conjunto com as normas e legislações vigentes, a equipe designada para o projeto desenvolveu, coordenou e tentou aplicar o máximo possível nas obras de recuperação da casa onde está instalado o Salão Histórico e seu circuito expositivo.

2.2.2 Projeto do circuito expositivo do Salão histórico da FAYS

Ao mesmo tempo foram desenvolvidos os projetos de recuperação da edificação e o projeto expográfico. Foram trabalhados módulos para o circuito expositivo que envolviam as temáticas relacionadas à história da fazenda e outros temas relacionados à Aeronáutica, tais como: a criação da Força Aérea Brasileira, a história da Academia da Força Aérea (AFA); a história da Esquadilha

da Fumaça, grupamento de demonstração aérea que está sediada nos arredores da AFA; o papel da Intendência⁹ para a FAB; e um espaço para degustação dos produtos produzidos pela fazenda após a visitação.

O circuito expositivo foi desenvolvido para abranger os temas relacionados acima de uma forma que todos os módulos se integrassem, porém sem prender o espectador a um roteiro fechado para visitação. O que se pretendeu foi mostrar a FAB, a Fazenda e suas especificidades de forma didática, com recursos que alcançassem a compreensão de grande parte do público, sem que precisasse de um processo de guiamento específico.

O desenvolvimento do circuito respeitou o roteiro discutido no grupo de trabalho e estabelecido no início do projeto, viabilizando a possibilidade de adaptar os espaços para cada módulo, respeitando a complexidade e a quantidade de informações que cada módulo necessitava, bem como a disposição do acervo disponível.

De acordo com Cândido:

(...) a boa arquitetura de museus contempla a flexibilidade dos espaços interiores (facilidades para o museu se adaptar ao progresso científico e técnico, e às novas necessidades de seus usuários); a modularidade da arquitetura que permita também a flexibilidade; e a extensibilidade da arquitetura, considerando o contínuo acréscimo de volume do acervo e a necessidade de novos espaços. (DUARTE CÂNDIDO, 2014, p.42)³⁵

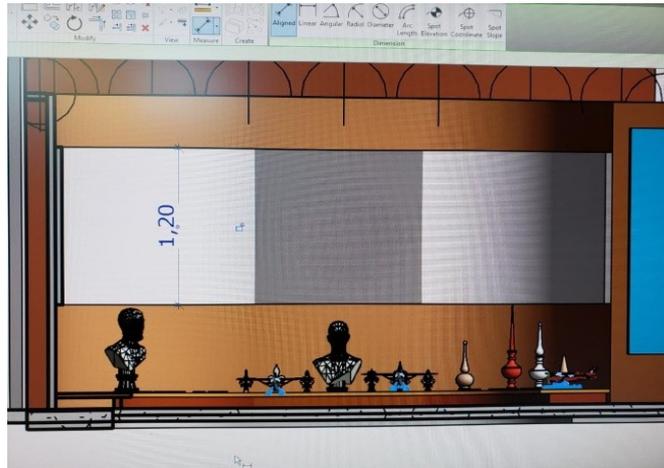
A exposição de caráter permanente foi desenvolvida com seis módulos distintos que dialogam entre si. O objetivo principal foi o de criar uma proximidade do público em geral com a Força Aérea Brasileira, deslocando da ideia popularmente difundida de Forças Armadas apenas como um componente estritamente bélico da sociedade, mostrando a sua atuação no campo da ciência e da tecnologia.

O uso de painéis fixos com iluminação indireta e aplicação de vinil impresso possibilitou a regulagem da altura para todos os públicos e liberou espaço no piso dando mais leveza ao ambiente e facilitando a circulação.

⁹Quadro de Intendência possui atuação multidisciplinar, que abrange atividades afetas ao Direito, à Administração, à Contabilidade, às Finanças e à Gestão de Projetos.

Imagens 18, 19, 20, 21, 22: Painéis e regulagem de altura

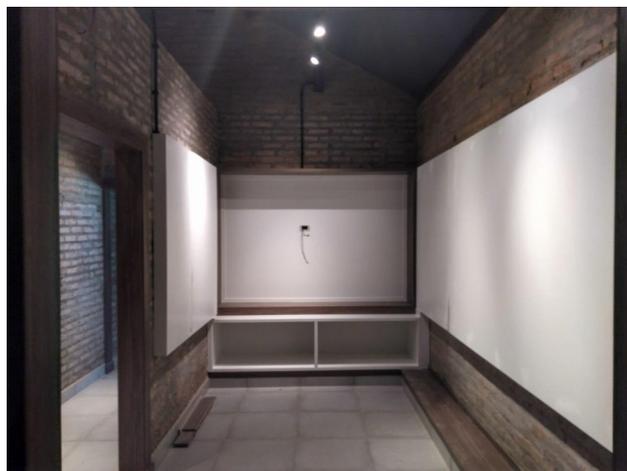




Fonte: Acervo da FAYS

Adaptar uma casa para servir a um espaço museológico envolve obras nem sempre fáceis, a equipe também teve a preocupação de desenvolver uma exposição que utilizasse suportes de material sustentável, como madeira compensada e de reflorestamento.

Imagens 23, 24, 25, 26, 27, 28







Fonte: Acervo da FAYS

O conceito apresentado no projeto museográfico reunia estratégias comunicacionais focadas em um público variado que sabia pouco sobre as atividades realizadas na Fazenda da Aeronáutica e na própria Aeronáutica. Depois de discussões dentro do grupo de trabalho, ficou definido que o objetivo seria desenvolver uma exposição que se comunicasse com as crianças e com os jovens das escolas da região, prioritariamente. Contudo, a exposição não se resumiu a este grupo, fornecendo uma linguagem atrativa para todos os tipos de público.

Conforme afirma Santos:

A forma pela qual os objetos são selecionados, estudados, analisados e expostos varia enormemente de acordo com os propósitos de cada museu e com as determinações inerentes às sociedades em que se inserem. Além disso, é fundamental considerar que a produção da exposição, a exposição em si mesma e a forma pela qual o público a percebe são aspectos que, embora sempre interrelacionados, guardam certa autonomia, pois são resultados de processos históricos diferenciados. Os museus são capazes de veicular uma variada gama de significados, nem sempre previsíveis, quando em contato com um público variado. (SANTOS, 2002 p.118)

A publicação “Caminhos da Memória: Para fazer uma exposição”, um projeto coordenado pelo IBRAM em 2017, enumerou os princípios norteadores no processo de desenvolvimento da exposição:

- Utilizar recursos variados, porque a repetição cansa;
- Sempre partir do que é conhecido para o desconhecido;
- A exposição compõe-se de introdução, desenvolvimento e conclusão;
- Apresentar objetos acompanhados do seu contexto;
- Exibir textos escritos: curtos, simples e objetivos;

- Hierarquizar as mensagens: nem tudo tem a mesma importância;
- Uma mensagem para cada espaço. Evitar múltiplas mensagens no mesmo espaço;
- Arquitetura e design a serviço das ideias e da compreensão do discurso, não o oposto. (BORDINHÃO, VALENTE & SIMÃO, 2017, p. 21)

Para cada módulo, foram criados recursos expositivos móveis e fixos como painéis em MDF onde foram inseridos textos e imagens impressos em lona vinílica resistente à umidade e à iluminação constante, além de vitrines para acomodação do acervo exposto, e um módulo desenvolvido a partir de técnicas de ambientação cenográfica. A identidade visual dos módulos seguiu a paleta de cores da arquitetura da casa, o azul que é a cor da FAB e os tons amadeirados no mobiliário e suportes fixos.

Imagens 29 e 30: Módulo História da FAB



Fonte: Acervo da FAYS

A exposição inicia pelo módulo de apresentação da Fazenda e segue o padrão de material mais rústico com o uso de madeira e dos tijolos aparentes. É o local onde é exibido um vídeo institucional e contém uma pequena amostra de insumos produzidos na própria Fazenda que são distribuídos para vários quartéis da Aeronáutica e vendidos para o público em geral em supermercados da região.

Imagens 31 e 32: Módulo de apresentação da Fazenda e sua produção



Fonte: Acervo da FAYS

O módulo sobre o papel da Intendência da FAB foi o que recebeu o maior número de itens do acervo e contou também com o desenvolvimento de cenografia com manequim, mesa, quadros, e vitrines com objetos pessoais do primeiro diretor da Fazenda, o Capitão Marcondes Teixeira. A mesa utilizada foi restaurada para a exposição e o quadro que representa a folha de acanto, o símbolo da Intendência, foi feito sob encomenda.

Imagens: 33, 34 e 35: Módulo Intendência da FAB





Fonte: Acervo da FAYS

O módulo Academia da Aeronáutica (AFA) utilizou os suportes fixos nas paredes com textos e imagens e manequins com os principais uniformes utilizados.

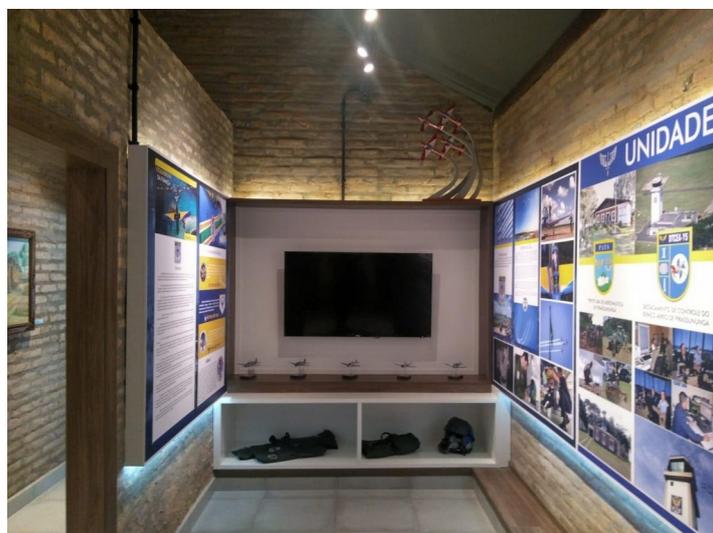
Imagem 36: Módulo AFA



Fonte: Acervo da FAYS

O módulo referente à Esquadilha da Fumaça conta como recursos expositivos com uma TV onde é exibido um pequeno vídeo sobre a Esquadilha, que é muito conhecida pelas demonstrações aéreas, textos e imagens referentes ao tema. Além de reproduções em miniatura de aeronaves já utilizadas pela Esquadilha, bem como peças do uniforme.

Imagem 37: Módulo Esquadilha da Fumaça



Fonte: Acervo da FAYS

Em outro módulo, um grande painel destaca a fauna e flora existente na Fazenda, leste do Estado de São Paulo.

Imagem 38: Módulo Fauna e Flora da Fazenda



Fonte: Acervo da FAYS

A curadoria coordenada pela museóloga do projeto, a autora deste trabalho, e pelo Diretor da Fazenda na época, Coronel Barroso, propôs a exposição de uma seleção de objetos relacionados com a temática de cada módulo. O processo curatorial contou com fontes de pesquisa de imagens do CECOMSAER (Centro de Comunicação Social da Aeronáutica), além da seleção de artefatos variados que estavam guardados em um galpão na própria fazenda. Uma parte significativa do acervo exposto chegou através de doação da família do primeiro administrador da fazenda, o Capitão Intendente Marcondes Teixeira, que foi o primeiro Oficial a ser enviado para a unidade militar da Fazenda como Diretor. Seu comando teve a duração de dois anos, de 1948 até 1950, período em que a fazenda passou a se constituir em uma unidade independente, comandada por um militar Intendente da Força Aérea. A casa onde foi desenvolvido o espaço museal foi o local onde o Capitão Marcondes viveu com sua família.

O acervo de *Chico Caçador*, como ficou conhecido o Capitão Marcondes Teixeira, chegou até a equipe responsável pelo projeto através de sua família. Quando procurada pela equipe do projeto, os familiares prontamente se dispuseram a doar pertences que estavam guardados por

anos. Como Carvalho diz em seu artigo, “doar ao museu é uma maneira de apropriação do espaço público e de ressignificação dos objetos doados. (CARVALHO, 2011, p.456). A família entendeu que seria uma maneira de dar novo significado àqueles objetos, e ao chegar às mãos da equipe do projeto, foi batizado Acervo Chico Caçador com uma forma de homenagem àquele que foi o primeiro administrador da fazenda. Foram doados vários pertences, tais como: fotos, documentos, uma máquina de escrever, cadernetas de cadete, insígnias militares, facas e uma espingarda. No módulo destinado à Intendência na FAB como já citado acima, a técnica museográfica utilizada reproduz a sala do Comandante e ali foram colocados objetos do Acervo Chico Caçador.

Imagens 39 e 40: Acervo Chico Caçador



Fonte: Acervo da FAYS

No processo de selecionar o que seria exposto, devido à necessidade de adaptar-se ao espaço, foram destacados itens que remetiam diretamente ao personagem em questão. O acervo era extenso principalmente em relação às fotos e aos recortes de jornal. A curadoria teve o cuidado de selecionar o que seria interessante para o visitante associar à vida na fazenda. Portanto, fotos do personagem ainda criança não foram selecionadas para entrar na exposição, estão guardadas na

Reserva Técnica. Entretanto, objetos como máquina de escrever, insígnias militares e a espingarda foram cuidadosamente dispostos na cenografia desenvolvida para a exposição.

Esta coleção de aproximadamente cinquenta itens de diversas tipologias abriu uma possibilidade de pesquisa muito interessante desde a sua origem, passando pela utilização até a doação para o museu. Os objetos doados não foram, segundo a família, previamente selecionados, estavam todos em uma mala, exceto a espingarda. São objetos que remetem majoritariamente à carreira profissional do Capitão Marcondes Teixeira. Peças do uniforme militar, canetas e utensílios de escritório, fotos com pessoas não identificadas, um material diverso e carregado de referências pessoais, que chegou no momento em que as características humanas, íntimas e pessoais eram essenciais para dotar um museu em construção de memórias dotadas de significados.

A expografia precisa pensar, sobretudo, na forma como os objetos estarão inseridos no ambiente, geralmente muito próximos do visitante, requisitando uma segurança redobrada. A cenografia utilizada deve ser cuidadosa com o acervo e, ao mesmo tempo, deixá-lo no cenário como parte daquela composição.

Depois de inaugurado o salão histórico, o militar que atua na visita guiada percebeu que é o local onde o visitante parece ter mais interesse. Quando leem as legendas e sabem que aquele acervo fez parte da vida do primeiro Comandante da fazenda, é como se aquele acervo subisse um degrau de importância, devido à sua carga simbólica. Segundo Dohmann:

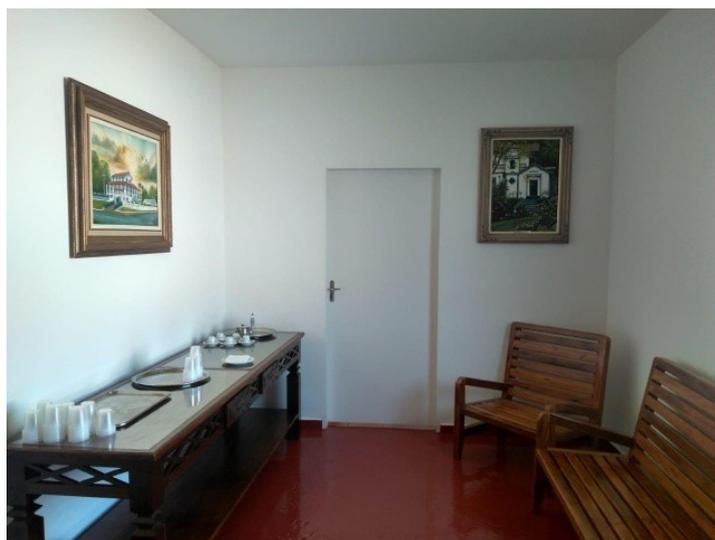
O objeto revela-se, portanto, como um registro da complexidade social, onde é possível identificar relações de poder, padrões de pensamento e processos de simbolização, ao mesmo tempo em que hierarquizações sociais e funcionais podem ser percebidas com a intenção de esclarecer e tornar mais compreensíveis as tensões que surgem no cotidiano da vida humana, na experiência material, entre tangibilidades e simbolismos. (DOHMANN, 2017, p.42)

A pesquisa e desenvolvimento de toda a parte textual, desde os textos de cada módulo até as legendas e etiquetas do acervo, ficaram a cargo da historiadora pertencente à equipe de trabalho Mariana Azevedo. A pesquisa para elaboração dos textos foi baseada nas Fichas de Fatos Históricos (FAFH), já citadas no capítulo anterior e enviadas anualmente para arquivamento no SISCULT e bibliografia disponível na biblioteca do INCAER.

A Fazenda é um quartel que recebe a visita de muitas delegações militares durante todo o ano. Por este motivo, a antiga cozinha da casa foi adaptada para se tornar uma sala de recepção,

onde as autoridades em visita ao Salão Histórico podem confraternizar e assinar o Livro de presença (procedimento comum em visitas oficiais nas organizações militares).

Imagem 41: Sala de recepção de autoridades em visita à Fazenda



Fonte: Acervo da FAYS

Um dos obstáculos no desenvolvimento do circuito expositivo foi encontrar objetos que fizessem parte da história da fazenda. Essa dificuldade diminuiu com a divulgação do projeto através de uma chamada na rádio local para que moradores do entorno se mobilizassem para doar objetos e documentos que fizessem referência à fazenda. E assim, foram recebidas doações de telhas fabricadas na antiga olaria, desativada há mais de 40 anos. Telhas e ferragens francesas que fizeram parte da construção da estação de trem que cortava a fazenda, também desativada há muitos anos. Também foram recebidas doações de instrumentos de aragem do campo, termômetros externos, leiterias em cobre e um carro de boi que foi restaurado e está em exposição na área externa do museu. Diversos quadros pintados por ocasião de antigos concursos de pintura e desenho também foram incorporados como acervo. A participação da comunidade foi ativa nesse momento e revelou o interesse em preservar a história da fazenda e a importância de haver um local para guarda e preservação dos resquícios materiais dessa história.

Imagem 42: Telhas Francesas da antiga olaria da fazenda



Fonte: Acervo da FAYS

Imagem 43: Carro de boi restaurado



Fonte: Acervo da FAYS

Imagem 44: Grafite sobre papel



Fonte: Acervo da FAYS

A execução do projeto levou em torno de oito meses, período entre outubro de 2018 e junho de 2019. As obras de recuperação da edificação, a adaptação do espaço interno com suas limitações físicas, estruturais e temporais, a elaboração dos textos, pesquisa e seleção do acervo disponível e a busca por uma comunicação entre os módulos para que dialogassem em equilíbrio, sem que um módulo apresentasse mais informações do que outro numa tentativa de explorar melhor o espaço disponível, fizeram com que o projeto inicial sofresse adaptações necessárias para sua exequibilidade. Em resumo, é possível dizer que o circuito expositivo foi se moldando frente as dificuldades.

O circuito expositivo foi adquirindo camadas de complexidade à medida que a casa ia sendo reformada e reestruturado o espaço interno para reabrir como salão histórico. Já no primeiro esboço do circuito apresentado à Direção da FAYS ficou acordado que adequações seriam necessárias, pois

somente depois do início das obras estruturais é que seriam percebidos elementos que precisaram ser reconstituídos ou trocados, tal como a estrutura do telhado. Isso implicou decidir como determinados módulos seriam desenvolvidos, não sendo possível manter inalterado o projeto inicial. Foi uma exposição que contou tanto com a assertividade da equipe no quesito da linha de discurso – onde se pretendeu focar na FAB como instituição que também contribui para a ciência, tecnologia e preservação ambiental no Brasil –, como na experimentação relacionada à adequação dos espaços internos.

A equipe discutiu o desenvolvimento de módulos que facilitam a desmontagem de forma independente, sem prejudicar o circuito ou modificá-los conforme for necessário para abrir espaço para uma exposição temporária, por exemplo. Com isso, os módulos foram desenvolvidos a partir de materiais e estruturas que são facilmente adaptáveis, inclusive em outros espaços fora do Salão. Isso foi proposital e aceito pela Direção da Fazenda que acompanhava a equipe tanto nas suas decisões, quanto na recuperação da casa.

O que normalmente não acontece no planejamento de exposições de médio porte, onde a expografia é desenvolvida previamente e a grande parte das dificuldades já são conhecidas da equipe responsável. No caso do Salão Histórico da FAYS, foi fundamental trabalhar no desenvolvimento de módulos que fossem independentes e ao mesmo tempo seguissem um fio de raciocínio.

As pesquisas para chegar ao produto final, a exposição como está hoje, foram realizadas com base em 3 eixos: 1) centros expositivos e casas de memória vistos *in loco* pela equipe onde foi feito um exercício de observação detalhado dessas exposições; 2) publicações do IBRAM, voltadas para museus regionais e municipais que possuem características semelhantes às do Salão histórico, como a disposição arquitetônica de uma casa que tem sua função transformada; coleção documental restrita ao tema e o objetivo de desenvolver uma exposição cujo tema é regional, de conhecimento da comunidade do entorno; e 3) publicações do ICOM.

CAPÍTULO 3 PLANEJAMENTO: DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE PLANO MUSEOLÓGICO PARA O SALÃO HISTÓRICO DA FAYS

3.1 Diagnóstico museal do Salão Histórico

A gestão de um espaço museológico engloba diversas áreas e necessidades distintas. O início do projeto pode seguir por vários caminhos, a depender da organização administrativa que vai gerir o espaço. Especificamente, o Salão histórico da FAYS, por diversos motivos já explicitados, começou a ser desenvolvido a partir de dois projetos integrados: o de recuperação da edificação e o expositivo. Após a inauguração em junho de 2019, o espaço passou a ser administrado como uma Divisão subordinada diretamente à Direção da Fazenda e tendo militares responsáveis pela sua manutenção e relacionamento com o público visitante. Desde o início do projeto, ainda na fase de recuperação arquitetônica, ficou latente a necessidade de um plano museológico para nortear a gestão da fazenda, visando ao provimento de recursos e pessoal para o funcionamento mais efetivo do espaço.

Para a criação de um plano museológico condizente com a realidade e demandas do espaço, é necessário pesquisar detalhadamente o que é o espaço, a quem serve e definir quais são seus objetivos dentro do sistema em que está inserido. Neste caso, podemos lembrar o SISCULT como parte de uma engrenagem responsável pela preservação do patrimônio histórico e cultural da Aeronáutica. O SISCULT assessora e normatiza todos os espaços de memória da FAB, sendo o órgão centralizador desde a elaboração de diretrizes específicas, passando pelo assessoramento e regulamentação de espaços culturais inseridos nos quartéis desta Força.

Mas é importante frisar que o SISCULT não elabora planos gestores para esses espaços, ele assessora e, posteriormente, regulamenta. Mas não possui braços suficientes para elaborar planos neste nível de complexidade, visto que cada espaço de memória possui sua própria administração e a partir desta é que se define o tamanho e o objetivo do espaço, que pode ser desde uma sala com exposição de objetos históricos relevantes para aquele quartel, até salões de memória com um circuito expositivo mais abrangente, como o caso do Salão histórico da FAYS.

A administração da Fazenda reconhece a necessidade de um plano museológico ou de plano diretor para o Salão histórico, porque pretende, a partir de 2021, retomar uma ideia pioneira dentro das Forças Armadas: a inauguração deste espaço foi o início de um projeto de aproximação da FAB com o público que tem por objetivo mostrar a Força Aérea Brasileira como uma instituição a serviço da sociedade, com objetivos não só da formação militar, mas também de pesquisa, preservação e divulgação do seu patrimônio histórico e natural. Afinal, a Fazenda está localizada dentro de uma área de preservação ambiental de elevada importância para o ecossistema da região.

Duarte Cândido resume muito bem o conceito de diagnóstico museológico quando afirma que:

(...) é uma estratégia metodológica que objetiva a identificação e apreensão das potencialidades museológicas de um território ou de uma instituição, a fim de perceber as atividades desenvolvidas, as parcelas do patrimônio valorizadas e selecionadas para preservação e as lacunas existentes. Assim, constitui um instrumento de democratização, pois considera iniciativas formuladas anteriormente ou fora da instituição. E é, acima de tudo, uma ferramenta básica para o planejamento institucional em longo prazo, pois permite conceber uma programação museológica mais condizente com a realidade em questão e que leve em consideração a necessária continuidade. (2010, p 129)

Davies, que utiliza o termo Plano Diretor, destaca a importância do planejamento para espaços museológicos:

- Ajuda a assegurar no longo prazo a salvaguarda do acervo.
- Todos (dentro e fora do museu) enxergam mais claramente o que se está querendo realizar.
- Todos que aí trabalham sabem como se encaixam nas metas e objetivos do museu.
- Conduz ao uso mais eficaz dos recursos.
- Integra todos os aspectos do funcionamento do museu em um mesmo processo de administração.
- Oferece uma estrutura básica dentro da qual podem ser tomadas decisões estratégicas.
- Produz um plano que atua como ponto de referência para todos os interessados. (2001 p.18)

Sobre os termos citados acima “plano museológico” e “plano diretor”, faz-se necessário uma pequena explanação sobre a diferença na aplicação destes dois termos. Plano museológico é o termo reconhecido e utilizado no Decreto-Lei 11.904/2009 que institui o Estatuto de museus e determina em seu artigo 46 que:

(...) o plano museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:
I – o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II – a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;

III – a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;

IV – detalhamento dos Programas:

- a) Institucional;
- b) de Gestão de Pessoas;
- c) de Acervos;
- d) de Exposições;
- e) Educativo e Cultural;
- f) de Pesquisa;
- g) Arquitetônico-urbanístico;
- h) de Segurança;
- i) de Financiamento e Fomento;
- j) de Comunicação. (Decreto-Lei 11.904/2009)

No Decreto n.8.124/2009 que cria o Instituto Brasileiro de Museus, no Capítulo 2 Artigo 23, determina que “É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico, instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua missão e função específica na sociedade.”

Por sua vez, Stuart Davies afirma que:

O “Plano Diretor” é de vital importância para a boa administração e a segurança de museus. É um processo que pode guiar os museus, ao longo dos tempos difíceis que muitos deles estão enfrentando atualmente, resultando em melhores serviços e maior eficiência, bem como em um documento útil. (2001 p.15)

Ele define o termo como uma visão clara a respeito de para onde se dirige o museu e como chegar até lá. (2001 p.16). Porém, essa definição pode se limitar a questões apenas administrativas do espaço museológico. Sendo assim, embora o termo “plano diretor” seja utilizado em alguns equipamentos culturais no Brasil, optou-se pelo uso do termo “plano museológico”, pelo entendimento da sua abrangência enquanto um plano multidisciplinar que vai além das questões administrativas como manutenção predial e das coleções, por exemplo. Além de ser o termo

utilizado na legislação brasileira vigente, o termo “plano museológico” pode ser entendido como um plano que enxerga o espaço museal através de um local que contempla práticas e memórias cotidianas de um determinado grupo. Como afirma Varine, “eles (os museus locais) têm a possibilidade de fixar objetivos políticos, educativos, culturais ou sociais autônomos” (2008, p.15). E o Salão Histórico da FAYS é um espaço museológico local com o objetivo de contemplar as práticas dentro do ambiente militar, através de uma exposição que mostra a aeronáutica brasileira por um viés de pesquisa científica e formação tecnológica. Contudo, antes de estabelecer um plano museológico que seja condizente com o objetivo da administração da fazenda para com o espaço em questão, é necessária a elaboração de um diagnóstico que aponte a real condição e as possibilidades de se estabelecer um plano que seja o mais próximo ao ideal possível.

A formulação do diagnóstico museológico do Salão Histórico é o momento de entender e interpretar a abrangência do espaço e suas práticas naquilo que foi proposto no início do projeto arquitetônico e expositivo e as alterações que foram executadas para adaptar as demandas ao que se tem disponível, seja no quesito financeiro, seja no pessoal e administrativo. “Ele pode ser definido como um retrato da situação atual, que abrange aspectos internos e externos ao museu” (CÂNDIDO, 2014 p.56). Elaborar um diagnóstico sobre um espaço já em funcionamento possibilita uma visão privilegiada do que ele se propõe no momento e o que de fato está sendo possível realizar. Analisar os pontos positivos e os negativos. Observar o que deu certo e o que não deu, perceber a reação do público e como a instituição que gere o espaço coordena todas as demandas pode ser um fator bem favorável para o delineamento tanto do diagnóstico quanto das ferramentas utilizadas para fazê-lo.

Para isso, foi feito o levantamento prévio de material relacionado à Fazenda de um modo geral e informações sobre os projetos de arquitetura, expografia e educativo, além de toda a legislação referente a espaços culturais na Aeronáutica elaborado pelo SISCULT. O preenchimento de questionário amplo e detalhado pelo responsável pela coordenação do espaço, o Sargento Braz, visando ao fornecimento de aspectos mais específicos foi realizado, além de visitas técnicas para registro fotográfico do local e reuniões com a equipe do futuro museu. Esse material foi sendo coletado aos poucos e serviu para subsidiar o diagnóstico e, posteriormente, a proposta de plano museológico.

3.1.1 Diagnóstico global

Optou-se por adotar a análise SWOT. Esse método é muito utilizado no meio corporativo e vem sendo amplamente utilizado para realização de diagnósticos em equipamentos museais no Brasil, sendo inclusive, o método sugerido pelo ICOM em sua publicação “Como Gerir um Museu” e pelo IBRAM para analisar aspectos que envolvam a elaboração de planos museológicos.

Realizou-se esta análise porque, segundo Davies (2001), ela é uma das referências mais atuais para diagnosticar a situação de um museu em relação a sua organização interna e externa.

Quadro 1 – análise SWOT do Salão Histórico da FAYS

	FORÇAS	FRAQUEZAS
ORGANIZAÇÃO (AMBIENTE INTERNO)	<ul style="list-style-type: none"> -Atende as exigências contidas na legislação da FAB para preservação do patrimônio histórico-cultural; -Identificação com a comunidade do entorno (militares e civis que moram e/ou trabalham na Fazenda); -Projeto educativo que vai além do museu – projeto de visitação do patrimônio integrado; 	<ul style="list-style-type: none"> -Falta de profissionais qualificados para gerenciar e atuar nas áreas técnicas; -Falta de treinamento para os militares que atuam no espaço; -Não há recursos financeiros pré-estabelecidos que possam viabilizar a programação anual de atividades; -Acessibilidade deficitária; -Falta de divulgação.

	<p>-Acervo documentado em plataforma digital;</p> <p>-Edificação remodelada que atende o mínimo de acessibilidade com rampas e banheiros adaptados;</p> <p>-Localização do espaço é amplamente conhecida pela população do entorno.</p>	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO	<p>-Governo atual tem alinhamento com os valores militares.</p> <p>-Momento de destaque e valorização da história do Brasil pelo viés militarista, principalmente por parte dos apoiadores do governo.</p>	<p>-Os recursos financeiros necessários à manutenção sofrem com a ameaça da crise financeira já presente e com agravamento que se anuncia, não somente pela política interna, mas pela crise global em curso devido à pandemia do Coronavírus.</p> <p>– Possível resistência daqueles que não apoiam o governo atual e a tudo que está relacionado ao militarismo.</p>

3.1.2 Diagnóstico por área/programa do Salão histórico da FAYS

Após o diagnóstico global, constatou-se que o material recolhido possibilitaria um diagnóstico mais preciso, desmembrado por áreas previamente estabelecidas, o que serviu para balizar a elaboração de proposta de um Plano para o futuro Museu da FAYS.

Seguindo este diagnóstico mais detalhado, foram estipulados 9 temas que também foram utilizados como roteiro para elaboração do plano, como veremos a seguir.

a) Características gerais

O Salão histórico da FAYS foi inaugurado em junho de 2019. Trata-se de um espaço expositivo dependente da OM onde está sediado, a Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga. É composto por uma exposição de longa duração onde é apresentada a história da FAB, dos quartéis que estão dentro da área da Fazenda e da própria fazenda, além de contar com um projeto educativo voltado para estudantes da região.

Em decorrência da pandemia de Covid -19, o espaço esteve em funcionamento no período de junho de 2019 a março de 2020, nove meses apenas, sem previsão de reabertura até o momento.

A missão do Salão Histórico da Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga é “preservar e promover os suportes de memória da trajetória da instituição, através de seu patrimônio cultural e por meio de pesquisas, registros, documentações, divulgação e diversas ações, de forma a potencializar a interação com diversidades de públicos, por meio de sua função social e educacional”. Nesta definição insere-se o entendimento do Salão como um forte instrumento para fortalecimento das bases organizacionais.

Sua visão é:

ser um museu referência das memórias da FAYS no âmbito da Força Aérea Brasileira e regional, com ênfase em atividades educativas e culturais que dinamizam as relações sociais da região. As atividades são norteadas por meio da Norma Padrão de Ação (NPA) que é o tipo documental que padroniza por escrito as atividades e os procedimentos rotineiros a serem seguidos. É aprovada pelo Comandante da Organização Militar, da qual o Salão Histórico pertence, sendo que este possui suas atribuições e competências conduzidas pelo Regimento Interno da FAYS. (FAB. Site Institucional, <https://www.fab.mil.br/index.php>. Acesso em 18 de novembro de 2021)

Seus valores são a preservação do patrimônio material e imaterial; a manutenção de parcerias e boas relações com instituições educativas e culturais; o comprometimento com a população local; o zelo pela ética, integridade e responsabilidade profissional; e acessibilidade universal.

b) Recursos humanos

O efetivo do espaço é de apenas dois militares atualmente, um oficial responsável pela parte administrativa e outro, um sargento, responsável pela parte educacional, desde o agendamento até a realização do projeto educativo. A equipe não possui formação na área da cultura. As lacunas técnicas são parcialmente supridas através de orientações definidas e contidas nas publicações das instruções do INCAER, que auxiliam e norteiam as atividades desenvolvidas, relacionadas à preservação, regularização, atribuições e competências. A direção da Fazenda tem ciência da necessidade da contratação de profissionais com formação na área de humanas, especialmente com em áreas como Museologia e História, para melhor gestão do Espaço Cultural. Porém não há previsão para esta contratação.

Quadro 2 – análise SWOT dos recursos humanos

	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO	-militar designado para a função de coordenador do espaço possui conhecimento sobre espaços museológicos; - há verba suficiente	-número deficiente de funcionários (apenas 2 envolvidos diretamente nas atividades do espaço)

	para desenvolvimento das ações educativas.	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO	-O espaço encontra-se preparado fisicamente para aumentar o número de visitantes;	-limitação na execução das atividades como projeto educativo e visita guiada por falta de pessoal.

c) Casa-sede e acessibilidade

Não se sabe exatamente a data de construção da casa, contudo, estima-se que seja da década de 1940. Após muitos anos de degradação, foram realizadas obras de reestruturação e adaptação entre 2018 e 2019. Hoje, a edificação encontra-se remodelada e totalmente estruturada para o funcionamento do Salão histórico, buscando atender à demanda de funcionamento de um museu.

A edificação está cadastrada como patrimônio da FAB, porém ainda não foi custodiada como preconiza a ICA 902-1. O processo de custódia já foi iniciado e encontra-se em análise no SIS CULT.

Em relação à estrutura para receber os visitantes, o espaço possui sala de projeção com televisão, sanitários masculino e feminino, bancos para descanso nas áreas interna e externa e ar-condicionado.

Na área administrativa, a casa conta com sanitário para pessoal administrativo, copa-cozinha, almoxarifado e Reserva Técnica, que precisa de ajustes para melhor conservação do acervo. Há previsão de instalação de sensores de fumaça e instalação de câmeras na área interna.

Foi desenvolvido um plano de segurança interno para edificação de caráter reservado onde constam informações sobre chaves e plano de evacuação em caso de incêndio.

O espaço possui racionalização do uso da água, descarte correto do lixo produzido através da coleta seletiva e uso de lâmpadas de baixo consumo na iluminação de serviço.

Em relação à acessibilidade na casa e conseqüentemente à exposição, o que se pode verificar foi a existência de calçadas e rampas adaptadas para pessoas com limitações de locomoção, os pisos interno e externo são antiderrapantes, os sanitários possuem barras de apoio e altura adequada das louças, mas não existe fraldário. Na casa não existe sinalização, tampouco textos informativos em braile, assim como não há piso com sinalização tátil para pessoas com baixa ou nenhuma visão.

Os textos estão somente em português, não existe áudio-guia e alguns painéis não estão em uma altura acessível a pessoas com baixa visão, baixa estatura ou dependentes de cadeiras de rodas.

Quadro 3 – análise SWOT da edificação e acessibilidade

	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO	-A casa onde está instalado o Salão histórico foi toda remodelada e adaptada para receber uma exposição de longa duração e visitantes com ou sem necessidades especiais.	-Faltam mais sinalizações e adaptações para todo tipo de público

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO	-Ampliação de profissionais capacitados no mercado para adaptações e reformas visando a acessibilidade	-Com a redução de verbas é possível que as destinadas à ampliação do conceito de acessibilidade e eventuais reparos necessários nas mudanças já efetuadas deixem de ser vistos como prioritários

d) Segurança do espaço e do acervo

O espaço está localizado dentro de uma Organização Militar com vigilância 24 horas. A entrada no quartel é autorizada somente com identificação.

A casa onde está inserido o espaço expositivo dispõe de sistema de vigilância eletrônica (monitoramento por câmeras) na área externa. Para prevenção de sinistros como incêndio, há extintores instalados em pontos determinados pela brigada de incêndio do quartel.

A manutenção segue as normativas publicadas na ICA 902-1 “Preservação do Patrimônio Cultural do Comando da Aeronáutica”, pela NPA do Salão Histórico que definem critérios de higienização, limpeza e controle de pragas. Não existem medidas referente à luz/radiação ultravioleta e infravermelha e medição de temperatura e umidade.

O salão é climatizado com ar-condicionado do tipo *Split*, o que facilita o controle de temperatura interna. Isso é um fator de conforto para os visitantes e de importante proteção para o acervo e painéis expositivos, em razão da oscilação de temperatura no verão que varia entre 17 e 37 graus Celsius durante o dia e, no inverno entre 8 e 30 graus Celsius. Manter um equilíbrio de temperatura dentro do salão é importante para evitar que os painéis criem ondulações e o material, sobretudo o iconográfico, mais sensível a variações bruscas de temperatura e umidade, seja prejudicado.

	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO	<ul style="list-style-type: none"> -O espaço está localizado dentro de um quartel, sendo a entrada controlada 24 horas por dia -Ambiente climatizado - Manutenção periódica de limpeza e controle de pragas 	<ul style="list-style-type: none"> -acesso limitado ao agendamento
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO	<ul style="list-style-type: none"> -Possibilidade de realização de outras atividades dentro do espaço como lançamento de livros e outras atividades culturais -Controle ambiental para preservação do acervo exposto 	<ul style="list-style-type: none"> -Eventuais danos ao acervo por falta de segurança - Risco de que a abertura ao público seja reduzida em termos de dias e horários devido à falta de pessoal que garanta a segurança necessária

e) Acervo

O acervo museológico reúne instrumentos científicos, equipamentos de comunicação, mobiliário, fotografias e esculturas. As tipologias do acervo abrangem características identificadas como bibliográfica, artística, fotográfica, histórica, documental e biológica.

Atualmente o acervo museológico, exceto o documental, é composto por 64 itens, sendo 50 em exposição e 14 em Reserva Técnica e origina-se em pesquisas de materiais existentes na própria organização ou doações de terceiros. Estas doações são documentadas através de termos de

uso ou doação, conforme preconizado na legislação interna da FAB, ICA 902-1 “Preservação do Patrimônio Cultural do Comando da Aeronáutica”.

Sobre a política de descarte, esta obedece ao trâmite interno administrativo que prevê a exclusão do bem patrimonial cultural, com o devido registro em livro de controle de inventário. Por ser um espaço com curto espaço de tempo em funcionamento efetivo (um ano), ainda não houve descarte de bens.

O acervo está sendo catalogado no aplicativo E-SISCULT, através de ficha de catalogação online. O acesso ao sistema para início da catalogação foi liberado em 09 de dezembro de 2020. O acervo fotográfico ainda não foi quantificado e está em processo de digitalização para posterior catalogação no software E-SISCULT. Essa documentação está disponível apenas para pesquisa e consulta interna na FAB.

De modo geral, o acervo tanto material quanto documental encontra-se em bom estado de conservação, necessitando apenas de manutenção periódica.

Imagens 45 e 46: Vitrines da Exposição Chico Caçador



Imagem 47: Material Iconográfico

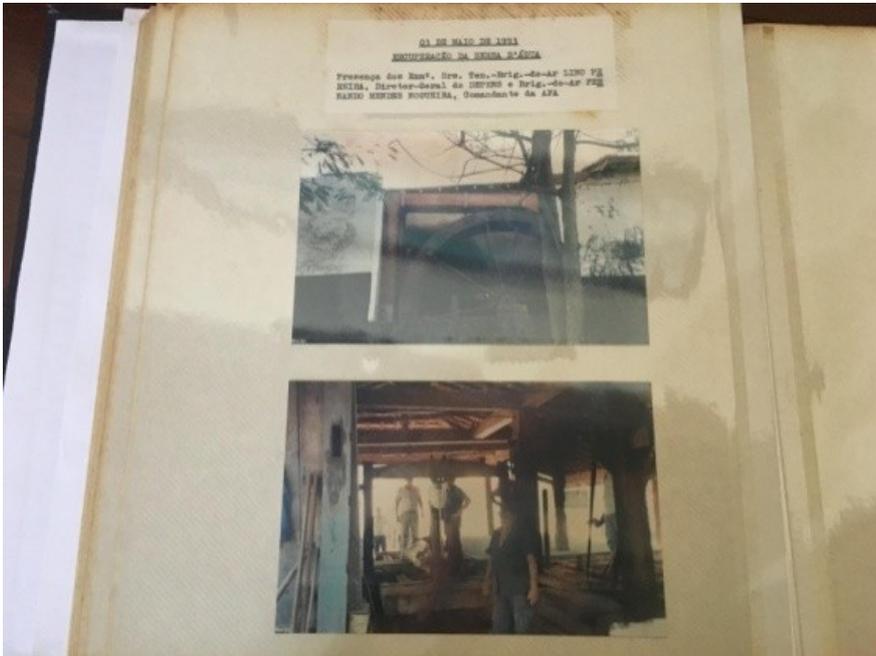
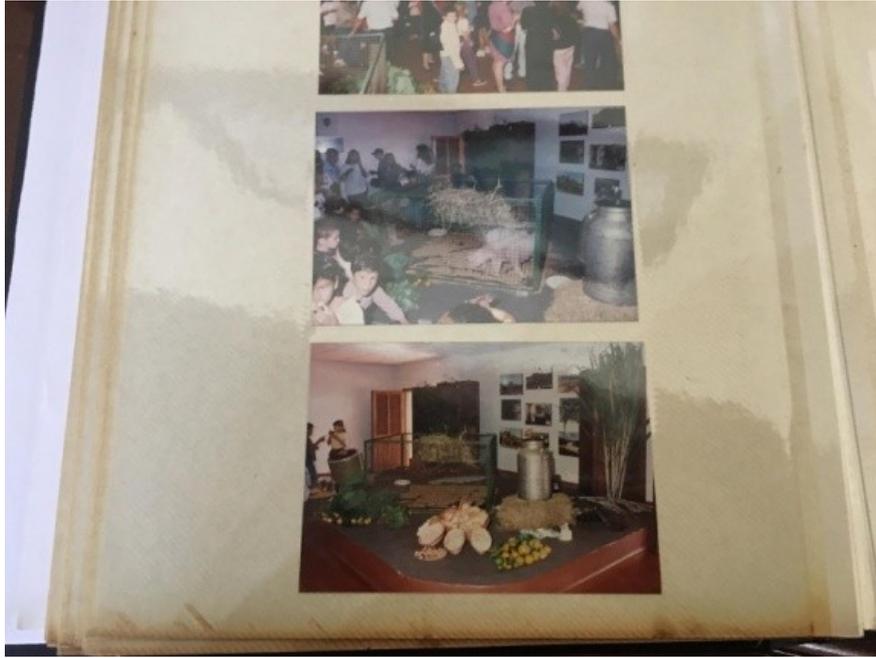


Imagem 48: Insígnias do acervo Chico Caçador



Fonte: Acervo da FAYS

Quadro 5 – análise SWOT do acervo

	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO	<p>-Coleção está sendo inventariada na plataforma online E-SISCULT</p> <p>-Por ser uma coleção ainda pequena, sua manutenção e catalogação é mais fácil.</p>	<p>-Falta de profissional qualificado para realizar o inventário e catalogação do acervo</p>

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO	<p>-Pesquisa da coleção documental datada do início dos anos de 1940;</p> <p>- aquisição de mais peças para coleções oriundas de outras fazendas e moradores da região</p>	<p>- Ameaça ao acervo por falta de manutenção periódica adequada à tipologia do acervo (a coleção com animais taxidermizados, por exemplo).</p>

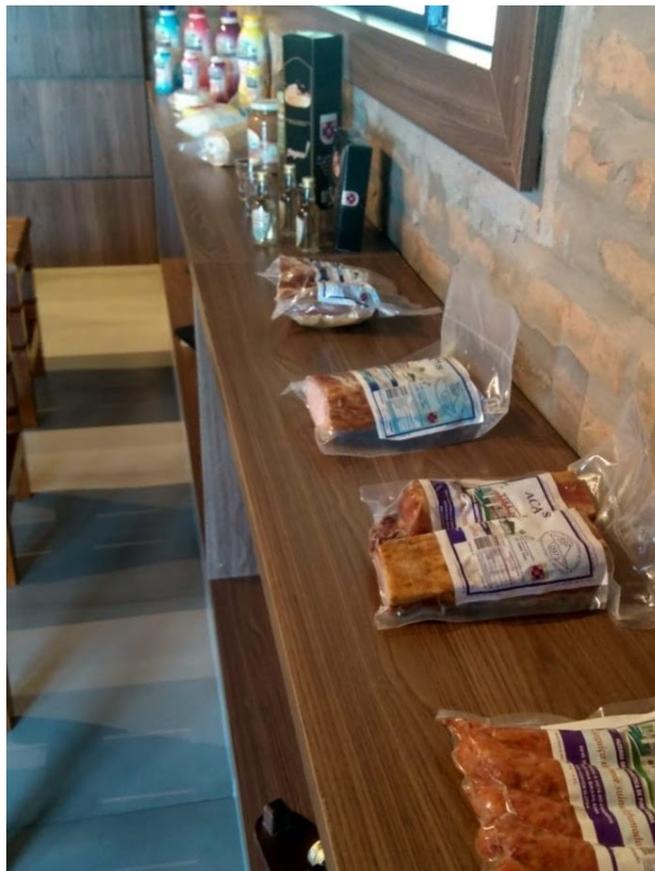
f) Exposição

A exposição foi projetada para ser de longa duração e, a princípio, não há previsão de revisão ou remodelação. Atualmente, é composta por 8 módulos divididos conforme a seguir:

Módulo 1: A FAYS hoje

Neste módulo, o visitante conhece as atividades realizadas pela FAYS atualmente. É apresentado um vídeo institucional de aproximadamente dez minutos sobre a Fazenda. O espaço conta ainda com a exposição dos produtos produzidos pela Fazenda, como laticínios e derivados suínos que podem ser adquiridos em uma mercearia administrada pela Fazenda que fica localizada em frente ao Salão Histórico, e bancos para serem usados durante a exibição do filme.

Imagem 49: Produtos da Fazenda



Fonte: Acervo da FAYS

Módulo 2: A História da FAB

Este módulo conta a história da formação da Força Aérea Brasileira através de uma didática linha do tempo. Ao final do painel o visitante poderá assistir ao vídeo de aproximadamente cinco minutos referentes ao conceito Dimensão 22¹⁰ e ao vídeo institucional da FAB.

10“Conceito que sintetiza a responsabilidade de atuação da Instituição em sua missão de manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria.”

<https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/32871/INSTITUCIONAL%20-%20Dimens%C3%A3o%2022%20completa%20um%20ano>. Acesso em 19 de novembro de 2020.

Imagens 50 e 51: Dimensão 2



Fonte: Acervo da FAYS

Módulo 3: A História da FAYS

O busto do Dr. Fernando Costa marca o início deste módulo. Simboliza os esforços dele e do Ministério da Aeronáutica, que resultaram na criação da FAYS na cidade de Pirassununga. Uma linha do tempo mostra a história da cidade e o início da FAYS.

Neste módulo é exibido um vídeo de aproximadamente 20 minutos de duração com relatos da senhora Eliete Teixeira Leite, filha de Chico Caçador, sobre a vida do pai e militar e suas atividades na administração da Fazenda.

Imagens 52 e 53: Módulo História da FAYS





Fonte: Acervo da FAYS

Módulo 4: A História da FAYS – Continuação

Neste módulo, seguem as informações sobre a Fazenda e é apresentado o resultado da pesquisa da Universidade Federal de São Carlos sobre a fauna e flora presentes na FAYS.

É apresentado, ainda, neste módulo o resultado de uma pesquisa realizada na UFSCAR sobre a fauna e a flora da Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga.

Imagem 55: Espaço Chico Caçador



Fonte: Acervo da FAYS

Módulo 6: Academia da Força Aérea

Neste módulo é possível conhecer um pouco da história da Academia da Força Aérea, centro de formação de oficiais pilotos, infantess e intendentes da FAB.

Através dos recursos de painéis informativos e de manequins trajando os uniformes de cadete, intendente e aviador, respectivamente, o público visitante pode conhecer um pouco mais sobre estas carreiras e como ingressar na Academia.

Imagens 56 e 57: Academia da Força Aérea



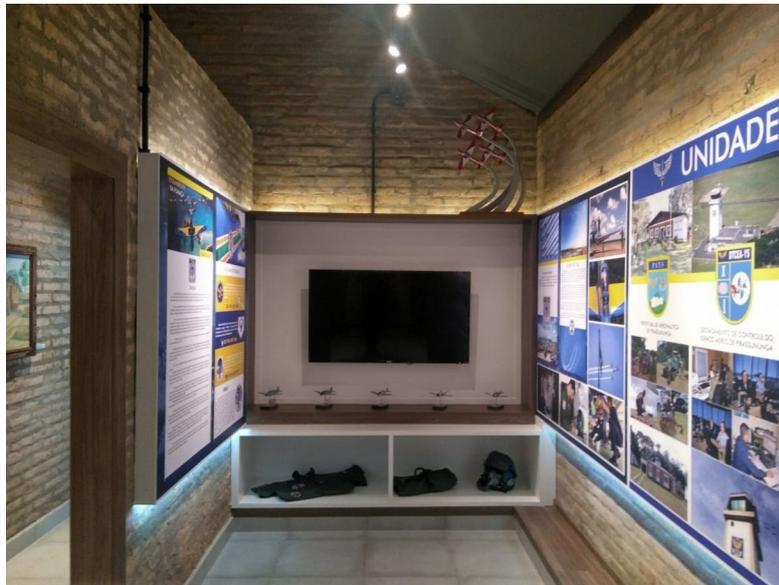
Fonte: Acervo da FAYS.

Módulo 7: EDA e Organizações sediadas da GUARNAE YS¹¹

Neste módulo é apresentada a Esquadrilha da Fumaça, a esquadrilha responsável por fazer voos de exibição representando a FAB no Brasil e no mundo. O módulo conta com painéis expositivos, acervo e recurso audiovisual onde é exibido um vídeo institucional sobre a Esquadrilha.

O módulo apresenta também informações sobre as outras unidades sediadas nas proximidades e mostra um pouco do trabalho realizado por elas.

Imagens 58 e 59: Imagens Módulo 7



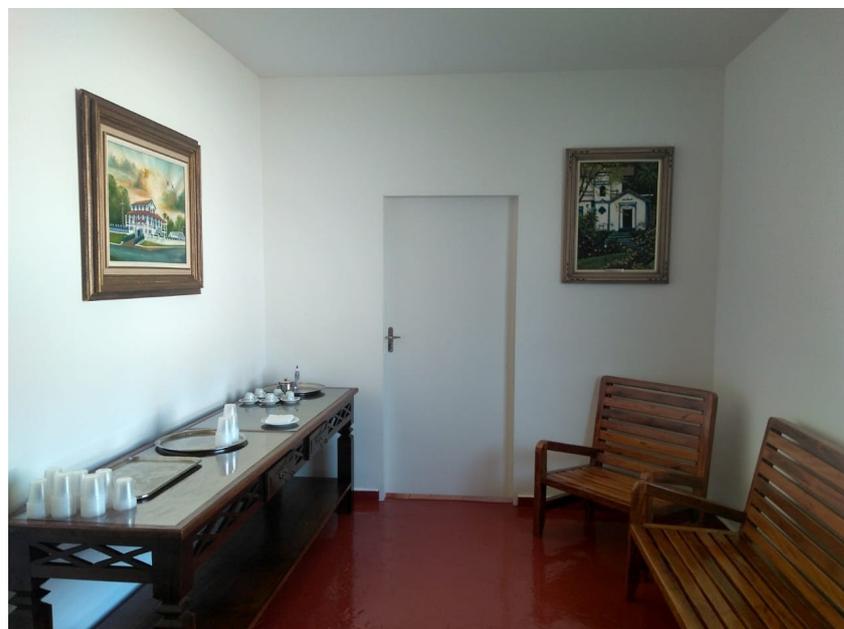
11 Sigla para Guarnição de Pirassununga



Módulo 8: Sala VIP

Embora receba o nome de módulo 8, este ambiente é um espaço designado para *coffee breaks* e assinatura do livro de presença, por conta das visitas oficiais, desde delegações militares a chefes de Estado. Não é aberto ao público e conta com quadros que compõem o acervo museológico do Salão.

Imagens 59 e 60: Sala VIP





Fonte: Acervo da FAYS

Quadro 6 – Análise SWOT da exposição longa duração

	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO	<ul style="list-style-type: none"> -Exposição de longa duração com museografia atraente para diversos públicos; -Linguagem acessível; -Iluminação adequada para espaços expositivos facilitando a leitura e o conforto visual; -Espaço expositivo atende a uma boa parte das necessidades apontadas em programas de 	<ul style="list-style-type: none"> -Falta de tradução para outros idiomas e áudio guia; -faltam algumas adaptações para o público com necessidades especiais; -Falta divulgação nos meios de comunicação para atrair mais visitantes; -Falta pessoal qualificado e treinado para aumentar o público do projeto educativo.

	<p>acessibilidade universal;</p> <p>- O coordenador do espaço participou do projeto de desenvolvimento e implantação do espaço, o que facilita a identificação de necessidades e dificuldades do espaço.</p>	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO	<p>-Preservar e divulgar a história da FAB e da FAYS para a comunidade do entorno;</p> <p>-Tornar-se um espaço museológico referência para outros espaços dentro da FAB.</p>	<p>-Falta de atualização;</p> <p>-Falta de periodicidade na execução dos projetos devido à falta de pessoal.</p>

Em relação ao projeto inicial, poucas foram as alterações que aconteceram para melhorar o fluxo da visitação em relação ao espaço, e estas foram coordenadas pela administração da OM. As mais significativas foram as incorporações de peças do acervo aos módulos expositivos. Não há intenção de exposições temporárias. Os recursos expográficos utilizados na exposição como vitrines, painéis, iluminação e disponibilização do acervo estão de acordo com as possibilidades do espaço em relação à dimensão e em excelente estado de conservação, haja vista a inauguração ter sido relativamente recente (2019) e pelo fato de o espaço estar fechado desde março de 2020.

A exposição é aberta às segundas, quartas e quintas-feiras, com entrada gratuita, das 10h30min às 12 h e das 13h30min às 15 h. Visitas extraordinárias, fora desse período, acontecem mediante agendamento. Ao final da visita, o visitante é convidado a assinar o Livro de Visitantes.

No período compreendido entre junho e dezembro de 2019, o espaço recebeu 417 visitantes. Durante todo o ano de 2020, o salão abriu pontualmente para visitas esporádicas e agendadas, totalizando 191 visitantes.

O monitoramento do acervo em exposição é feito pelo militar responsável pelo espaço e a manutenção é feita pela equipe de limpeza da Organização Militar mediante orientações previamente determinadas. Não há treinamento específico, mas há orientação e acompanhamento direto nos procedimentos de limpeza e manutenção do circuito expositivo e áreas externas.

Ainda não foi estabelecido procedimento de avaliação pós-visita e não é aplicado questionário para avaliação do espaço pelo visitante.

Imagem 60: Vista do circuito expositivo



Fonte: Acervo da FAYS

g) Projeto educativo

O projeto educativo surgiu por iniciativa da administração da Fazenda para atender a demanda de visitantes (escolas e público em geral) que manifestam interesse em conhecer a Organização Militar e o espaço museológico.

O projeto chamado “Pequenos Fazendeiros”, é voltado para atender as escolas da região e crianças até 14 anos. Neste projeto, as crianças percorrem um roteiro pré-definido pela Fazenda para conhecê-la. A visita promove o contato com a natureza fornecendo informações relacionadas à cadeia produtiva e à educação ambiental, ao ciclo da natureza através dos alimentos (plantio, crescimento e frutos) e à dependência humana para se alimentar com o que ela fornece. A visita termina no espaço museológico que serve como uma espécie de “resumo” de tudo que foi visitado. No Salão, durante a exibição de um filme institucional, é oferecido um lanche com produtos produzidos na Fazenda.

Por ser um projeto que envolve uma apresentação institucional dentro de um contexto educacional, estão envolvidos outros setores da Organização com participação de profissionais especializados na área de produção agroindustrial, como médico veterinário e biólogo, por exemplo. A intermediação das visitas é previamente orientada de forma a atender à especificidade do público visitante (escolas públicas e privadas e demais grupos).

Em se tratando especificamente do Espaço Cultural, a apresentação institucional se baseia em tratar e considerar o espaço museológico como formador de memórias, além de apresentar as perspectivas profissionais da carreira militar. Não são utilizados embasamento teórico educativo como referência para esta ação.

Além do projeto educativo para o público escolar, também acontecem visitas mediadas. Um dos propósitos dessas visitas é conduzir o visitante a compreender valores que transcendem a missão institucional, como a missão social, através das ações aliadas à sustentabilidade, à missão histórica, e, ainda, o valor humano na figura do militar, despertados através do diálogo durante a visita.

O planejamento das ações educativas e visitas mediadas é realizado conforme normas internas preestabelecidas que são compostas pelo roteiro e duração da visita adaptado ao tipo de público e que padronizam os procedimentos para execução destas atividades.

Todas as atividades, eventos e visitas, são registradas por fotografia e documentadas através de registro próprio, organizado cronologicamente no Livro Histórico da OM, conforme determinação publicada na ICA 904-1.

Os profissionais responsáveis pelo Salão Histórico não executam suas atividades de forma exclusiva no espaço. Não existe um setor ou espaço específico para desenvolver as atividades referidas. Um dos militares, o Sargento Braz, participou de todo o processo de desenvolvimento do Salão Histórico e é o membro-chave da equipe. Ele é o responsável pelo desenvolvimento do projeto educativo, pelas visitas mediadas, sendo o próprio mediador, e também pelo monitoramento da exposição quanto ao seu estado de conservação.

Os recursos humanos empregados no Salão Histórico (dois militares apenas) não possuem qualificação específica. As ações voltadas para capacitação do pessoal que atua no espaço como cursos de curta duração, voltados para preservação do acervo e mediação cultural, não constam no planejamento orçamentário da OM.

Não há verba específica para ações educativas ou qualquer outra atividade dentro do Salão Histórico, o que, de certa forma, prejudica o planejamento de ações futuras. Por não atender grandes grupos, não são feitas avaliações junto ao público visitante com registro formal, apenas se obtém as informações das análises e opiniões sobre o espaço ao fim das visitas de maneira informal. Com relação a parcerias (ONGs, prefeitura, comércio, agências turísticas, igreja, associações, instituições privadas), as atividades desenvolvidas têm como objetivo, neste momento inicial, a consolidação do espaço, não tendo sido discutida a possibilidade de buscar parcerias externas à FAB.

Quadro 7 – análise SWOT do projeto educativo

	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO	<ul style="list-style-type: none"> -O projeto é realizado com crianças e jovens de escolas da região; -O projeto possui um ônibus escolar adaptado que transporta as crianças em segurança entre a escola e a 	<ul style="list-style-type: none"> -Falta de pessoal; - Falta de avaliação dos resultados alcançados.

	FAYS, o que facilita o agendamento das visitas.	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO	<p>-Além de oferecer uma visita ao espaço museológico, o projeto educativo é bem abrangente em relação à proposta pedagógica, levando uma perspectiva histórico-social a diversas crianças em idade escolar;</p> <p>-expandir o projeto para outros públicos da comunidade, não se restringindo somente ao público escolar.</p>	<p>-Falta de pessoal qualificado para ampliar o alcance do projeto.</p>

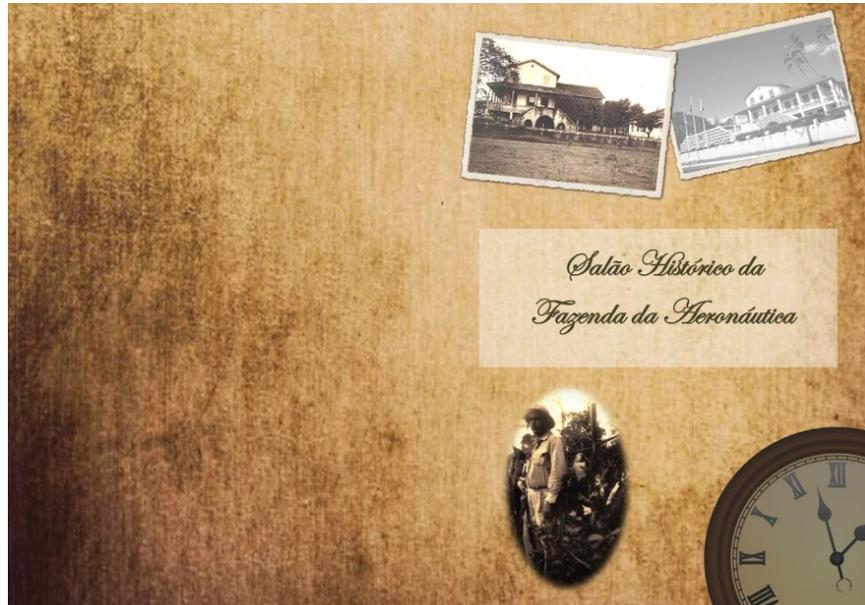
h) Comunicação e Divulgação

A divulgação das ações e do próprio espaço é feita por meio de contato direto com instituições de ensino e grupos específicos, comumente militares e servidores das Organizações Militares da região.

O Salão não possui um site ou rede sociais próprias, ocupando apenas um pequeno espaço de divulgação (*banner*) no site interno da Instituição, não estando disponível para visualização na Internet e também não faz parte da Rede Estadual de Museus de São Paulo, bem como também não está cadastrado na plataforma governamental Museus.Br.

O Salão Histórico possui logomarca que está sendo revisada e no começo da visita, é distribuído um *folder* com informações.

Imagens 61 e 62: Folder frente e verso



História da FAIS

O Campo dos Afonso, no Rio de Janeiro, foi durante décadas o núcleo básico de formação dos oficiais da FAB. No início dos anos 70 a Academia da Força Aérea foi transferida para Pirassumunga, interior do estado de São Paulo. Localizada em um sítio privilegiado às margens do Rio Mogi Guaçu, a área destinada às instalações da nova Academia da Força Aérea foi desapropriada nos idos do ano de 1944, pelo Dr. Fernando Costa, então interventor do estado de São Paulo.

Entretanto a ocupação da área pelo Ministério da Aeronáutica ocorreu efetivamente em 1948 quando o Serviço de Intendência designou o seu 1º administrador. Sob a chefia do então Cap Int Francisco Marcondes Teixeira Leite Junior, vulgo "Chico Caçador", nascia a Fazenda da Aeronáutica de Pirassumunga, em 4 de junho deste ano.

Com a finalidade de ocupar produtivamente as áreas destinadas às instalações da futura Academia da Força Aérea e que não são utilizadas nas instruções dos cadetes, a FAIS, como é designada, sofreu muitas transformações físicas e administrativas ao longo de sua existência. Desde sua fundação em todo seu complexo agroindustrial já se produziu laranja, arroz, feijão, girassol, eucalipto, piscicultura, avicultura, café, cana de açúcar (sistema de plantio próprio), dentre outras.

Objetivo do Espaço

Preservar a memória institucional através do seu patrimônio e manter a instituição viva é uma forma de fortalecer suas bases.

Pesquisar, registrar e expor esta história representa uma ascensão da preservação da memória institucional. O SALÃO HISTÓRICO DA FAIS é um marco que simboliza os 71 anos de existência voltados à missão de ocupar, produzir e vigiar.

Através da exposição histórica são reveladas as relações entre seu passado e presente, por meio de sua função social e educacional.

Fonte: Acervo FAYS

Quadro 8 – análise SWOT da comunicação e divulgação

	FORÇAS	FRAQUEZAS

AMBIENTE INTERNO	<p>-O espaço é conhecido dentro da área militar e visitado por militares e civis que trabalham nos quartéis da região;</p> <p>-Tornou-se um atrativo para visitas, sobretudo, de Comandantes de outros quartéis, sendo inclusive, modelo para outras OMs que querem desenvolver um espaço de memória também.</p>	<p>-falta de divulgação mais abrangente nas mídias disponíveis como internet e redes sociais.</p>
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO	<p>-ser uma referência para outros espaços de memória militares e civis;</p>	<p>-falta de pessoal e plano de divulgação e comunicação interno e externo.</p>

i) Financiamento

A FAB, através da Organização Militar da Fazenda, é a única mantenedora do Salão Histórico, não havendo no momento, projeto para outros tipos de subsídios.

Quadro 9 – análise SWOT do financiamento

	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO	<p>-Verba para realização do projeto educativo;</p>	<p>-Falta de interesse por parte da administração da Fazenda em buscar outras fontes de financiamento para melhorar a gestão do espaço.</p>

	-Verba suficiente para manutenção física do espaço.	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO	-Ampliar o alcance e a visibilidade do espaço dentro e fora da comunidade onde está inserido com a contratação de pessoal adequado	-Mudança de Direção; - Amadorismo na gestão.

3.2 Proposta de plano museológico para o Salão histórico

Seguindo as diretrizes do IBRAM para desenvolvimento de planos museológicos à luz da legislação brasileira, foi desenvolvida uma proposta de plano museológico de acordo com o eixo programático composto por doze programas correspondentes às áreas de trabalho e atuação do museu dentro da sociedade e divididos conforme o Decreto 8.124/2013, artigo 23¹².

A intenção desta proposta é apresentar um plano de gerenciamento estratégico para que o Salão Histórico passe a ser reconhecido como museu e, assim, possa ter mais autonomia administrativa, o que pode ser muito positivo para envidar esforços para captação de recursos, capacitação de pessoal, contratação de mão de obra especializada, entre outros recursos.

Essa proposta segue as informações e referências levantadas no processo de elaboração do diagnóstico museológico que, por sua vez, seguiu as orientações contidas nas publicações do IBRAM sobre elaboração de planos museológicos, criação de museus municipais e das ICAS 903-2 e 902-1 e 904-1.

¹² Decreto completo encontra-se disponível online: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm. Acesso em 20 de novembro de 2020.

Desde o projeto de recuperação da edificação em 2018, passando pelo projeto de expografia e após a inauguração em junho de 2019, a realização de projeto educativo idealizado pela equipe do espaço museal, nos levou a pensar propostas para atender a demanda de um plano museológico visando ao reconhecimento do espaço como um museu para uma maior autonomia administrativa, sem, contudo, deixar de ser um órgão dependente da Fazenda enquanto núcleo administrativo.

É sabido que o espaço, embora contenha todos os pré-requisitos para ser regulamentado como um museu de fato para a sociedade, enfrenta algumas demandas externas à Aeronáutica para a sua regulamentação como tal.

O IBRAM, recomenda que para a criação de um museu, cumpram-se determinadas etapas, tais como:

- 1- Elaboração de um projeto para a criação do museu;
- 2- Estabelecimento da pessoa jurídica da instituição, regulamentada por diploma legal;
- 3- Contratação permanente de uma equipe interdisciplinar, composta, inclusive, de profissional museólogo para a realização dos procedimentos técnicos museológicos;
- 4- Aprovação de um Regimento Interno – documento elaborado para estabelecer as normas de funcionamento do museu, desde a sua finalidade, propósitos, objetivos, política institucional, formas de manutenção, número de setores e/ou departamentos e seus respectivos funcionários, assim como a construção do seu organograma;
- 5- Elaboração do Plano Museológico, conforme Artigo 46º da Lei 11.904, instrumento básico que definirá a missão, objetivos, públicos e programas.¹³

Todas essas recomendações são muito importantes, porém uma delas que é a apresentação de um plano museológico detalhado para execução a médio prazo que contemple a organização administrativa, independência parcial de recursos e possibilidade de gestão interdependente a da fazenda, é um item fundamental para o planejamento e estruturação do espaço como um museu. Sem um plano museológico definido, dificilmente o espaço conseguirá atingir seus objetivos e realizar um trabalho de qualidade.

Desenvolver uma proposta de plano museológico para o Salão Histórico da FAYS poderá abrir o caminho para seu reconhecimento dentro do cenário cultural da região, enquanto museu regional e militar situado dentro de um quartel amplamente conhecido em Pirassununga e redondezas. O Plano também poderá ser um facilitador na questão do entendimento da necessidade

13 IBRAM. Site institucional

de disponibilização de mão de obra adequada para execução das atividades técnicas, como pesquisa e catalogação do acervo, ampliação do projeto educativo e ampliação do público-visitante.

A investigação para elaboração de um diagnóstico museal que subsidiasse o desenvolvimento de uma proposta de plano museológico partiu não somente de uma necessidade de análise atualizada da situação do espaço, mas também originou-se da necessidade de olhar para o Salão como parte de um projeto educativo que engloba diversas áreas que estão abertas à visitação dentro da fazenda. O futuro Museu da FAYS será a âncora de um projeto ainda maior em relação ao já existente, de visitação integrada que une o espaço histórico e demais áreas de produção agropastoril e proteção ambiental.

Seguindo a legislação específica do IBRAM, o Decreto 8.124/2013, especialmente o artigo n.23, temos o que podemos chamar de roteiro para elaboração do plano museológico:

Art. 23. I - o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II - a identificação dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob sua guarda, entre os quais se incluem os acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos, nos mais diferentes suportes;

III - a identificação dos públicos a que se destinam os trabalhos e os serviços dos museus;

IV - os programas, agrupados, desmembrados ou ampliados segundo as especificidades do museu a serem desenvolvidos de acordo com o seguinte conteúdo mínimo: institucional, de gestão de pessoas, gestão e acervos, gestão de exposições, programa educativo e cultural, pesquisa, arquitetônico-urbanístico, segurança, financiamento e fomento, comunicação e sócio-ambiental.

Seguindo essas disposições legais e utilizando como base o diagnóstico realizado para este trabalho, foi desenvolvida uma proposta de Plano que contempla nove programas: Programa institucional, Programa de acervo, Programa arquitetônico, Programa de exposições, Programa educacional, Programa de gestão de recursos humanos, Programa de comunicação, Programa de acessibilidade e Programa de fomento.

Essa proposta foi desenvolvida como uma ferramenta para estruturar o planejamento para o futuro Museu da FAYS.

1. Programa institucional

Segundo o IBRAM¹⁴: o programa institucional “abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes”.

Atualmente, o Salão Histórico da FAYS encontra-se como uma Divisão subordinada à Secretaria da Fazenda, que está ligada diretamente ao Diretor da Fazenda. Os responsáveis pelo espaço são militares que acumulam várias funções, não sendo a atuação no Salão a principal.

Para o futuro Museu da FAYS, sugerimos:

- Criação de Regimento Interno;
- Estruturação de Liga ou Associação dos Amigos do Museu da FAYS;
- Cadastro no Sistema Estadual de Museus e cadastro na plataforma federal online Museus.Gov;
- Parcerias com entidades públicas e privadas para divulgação, patrocínio e protocolos de cooperação; e
- Estruturação de organograma interno.

2. Programa de Acervo

Segundo o IBRAM¹⁵, o programa de acervos “abrange o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica”.

Para o Programa de Acervo, sugerimos:

2.1 Programa de aquisição

- Intensificação do trabalho de campo que foi o método principal para aquisição dos objetos hoje em exposição;
- Pesquisa por doações, espólios e empréstimos em espaços culturais da região e com ex-funcionários e militares, bem como seus familiares que trabalharam ou serviram na Fazenda,

14 IBRAM, Subsídios para elaboração de Planos museológicos. 2016, 114 p.

15Idem ao anterior

haja vista que esse método foi utilizado pela Direção da Fazenda para conseguir a doação da coleção “Chico Caçador”.

- Elaboração de uma política de aquisição.
- Gestão de riscos

2.2 Programa de Documentação

- Manutenção rotineira da pesquisa e inserção dos dados do acervo no software desenvolvido pelo SISCULT, o E-SISCULT, além de desenvolvimento de fichas de catalogação para controle interno da instituição.

2.3 Programa de Conservação

- O espaço dispõe de uma pequena sala onde está a Reserva Técnica, porém, ela precisa de mobiliário adequado e ferramentas para a conservação do acervo que está guardado lá.
- Adaptação deste espaço com mobiliário adequado: estantes em aço galvanizado, mesas, cadeiras e ferramentas utilizadas na higienização;
- Aquisição de instrumentos técnicos que possam facilitar a conservação desse acervo, tais como: plástico bolha, trinchas, papel neutro, entre outros;
- Climatização do espaço para controle de temperatura e umidade; e
- Controle rígido e periódico de pragas (especialmente cupins, baratas e formigas) para evitar danos ao acervo e à edificação.

3. Programa arquitetônico

Segundo o IBRAM¹⁶, o Programa Arquitetônico “abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e dos construídos, bem como das áreas em torno da instituição”.

A casa onde está instalado o Salão Histórico, futuro Museu da FAYS, foi toda recuperada e adaptada para o funcionamento de um espaço cultural. O entorno, composto por jardim, quintal

16 Idem ao anterior

nos fundos e garagem, também passou por obras de readequação para facilitar o acesso e manutenção.

Para o Programa arquitetônico, sugerimos:

3.1 Programa de conservação

- Por se tratar de uma edificação recuperada e modernizada, a atenção principal deve ser com a manutenção e limpeza adequadas com uso de materiais não abrasivos nas vitrines e painéis expositivos;
- Controle rígido contra pragas, tais como: cupins (muito comum na região) e insetos de forma geral; e
- Aquisição de estoque de material de limpeza não abrasivo, lâmpadas adequadas e insumos no Almoarifado para manutenção periódica do Salão e áreas externas.

3.2 Programa de Segurança

Segundo o IBRAM¹⁷, o Programa de Segurança “abrange os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência.”

Apesar da casa que abriga o Salão Histórico encontrar-se dentro de um quartel militar com vigilância 24 horas por dia, é necessário que outras medidas sejam tomadas para assegurar que o acervo, a casa propriamente dita e o visitante estejam em segurança.

Para o Programa de Segurança, sugerimos:

- Instalação de sensores de fumaça;
- Instalação de fechadura eletrônica nas portas que dão acesso às áreas externas;
- Instalação de câmeras internas e externas para controle das áreas da casa; e
- Treinamento periódico da equipe para mitigar incidentes como início de incêndio, mal súbito de visitante.

17 Idem ao anterior

- Observância e aplicação das medidas do IBRAM para segurança em museus, de acordo com o documento disponibilizado pela instituição para este fim.¹⁸

4. Programa de exposições

Segundo o IBRAM¹⁹, o Programa de Exposições “abrange a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição do museu, intra ou extramuros, de longa ou curta duração”.

O Salão conta com um circuito expositivo de seis módulos, todos foram concebidos a partir da disponibilidade de espaço, acervo e quantidade de painéis textuais e fotográficos. De fato, não há uma área que possa servir para uma exposição temporária, a não ser a área educativa onde estão instalados bancos móveis de madeira e mobiliário para suporte de televisão onde é exibido um filme institucional para o público visitante. Entretanto, a área externa da garagem, por ser semiaberta, comporta a possibilidade de uma exposição temporária.

Para o Programa de exposições, sugerimos:

- Desenvolvimento de exposições itinerantes compostas por banners e vitrines de fácil manuseio e transporte para divulgação da Fazenda e do seu espaço cultural. Essa exposição pode ser montada em outros quartéis da região, em escolas, em prédios públicos e até em parceria com outras instituições museais; e
- Revisão do conteúdo da exposição de longa duração a cada dois anos para atualização e reformulação, caso seja necessário.

5. Programa Educacional

Segundo o IBRAM²⁰, o Programa Educativo “abrange os projetos e as atividades educativos culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições”.

18 IBRAM. Segurança em Museus, 2019. Disponível em: <https://forum.acervos.museus.gov.br/publicacoes/seguranca-em-museus-cadernos-museologicos-vol-1/>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

19 Idem ao anterior

20 Idem ao anterior

O Projeto educativo é o principal objetivo do Salão Histórico enquanto lugar de guarda de memória e fomento da cultura local. Desde o início do projeto do Salão, em 2018, a parte educativa já vinha sendo delineada para ser um projeto que estaria além dos muros do futuro Museu. A intenção era desenvolver um projeto de visitação ao patrimônio integrado da Fazenda e o Salão Histórico é um ponto importante dentro deste projeto.

O projeto educativo “Pequenos Fazendeiros” é voltado para crianças em idade escolar e acontece através do percurso de um roteiro pré-definido pela Fazenda para conhecê-la. A visitação promove o contato com a natureza através de monitoramento, fornecendo informações relacionadas à cadeia produtiva e à educação ambiental. A visita termina no espaço museológico onde é oferecido um lanche com produtos produzidos na fazenda durante a exibição de um filme institucional.

Para o Programa Educativo, sugerimos:

- Incremento das visitas com maior divulgação para as escolas da região;
- Abertura do Salão aos finais de semana para visitação mediada, quando solicitada, sem prévio agendamento; e
- Produção de material gráfico sobre a Fazenda para ser usado pelos professores em sala de aula após a visita.

6. Programa de Gestão de recursos humanos

Segundo o IBRAM²¹, o Programa de gestão de recursos humanos, “abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados, prestadores de serviço e demais colaboradores do museu, o diagnóstico da situação funcional existente e necessidades de readequação.”

O Salão histórico conta com apenas dois militares para gerenciamento e coordenação do espaço. Por este motivo, ele não é aberto diariamente. Esses militares, não são capacitados na área cultural, embora pautem suas ações nas publicações da Força Aérea Brasileira sobre espaços culturais e nas publicações do IBRAM.

21 Idem ao anterior

Para o Programa Gestão de recursos humanos, sugerimos:

- Capacitação da equipe responsável pelo espaço museológico;
- Aumento do efetivo para segurança e monitoramento, a fim de garantir abertura diária;
- Designação de militar ou civil para atuar como coordenador geral do espaço em regime de dedicação exclusiva; e,
- Contratação de mão de obra qualificada para atuar em todos os setores do espaço museológico, tais como: museólogo para documentação e exposição, pedagogo e mediadores para projeto educativo e designer gráfico para desenvolvimento de material para ser usado no projeto educativo a ser distribuído aos professores que acompanham a visita e diagramar futuras exposições.

7. Programa de Comunicação

Segundo o IBRAM²², o Programa de Comunicação “abrange ações de divulgação de projetos e atividades da instituição, e de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional”.

O Salão Histórico da FAYS ainda não conta com um Plano de Comunicação efetivo, sendo que a divulgação do espaço e dos projetos educativos são divulgados internamente ou via contato telefônico para as escolas da região.

Para o Programa de Comunicação, sugerimos:

- Promover encontros, palestras e oficinas voltados para a comunidade com o objetivo de tornar o espaço ainda mais atrativo ao público visitante e não somente o escolar;
- Realizar pesquisa de público para avaliar o nível de satisfação e colher sugestões;
- Criar redes sociais para divulgar o espaço e as ações educativas;
- Realizar eventos em datas especiais para a FAB e para o público como concertos de Natal, evento no dia do Avião, aniversário de Santos Dumont, entre outros.

22 Idem ao anterior

8. Programa de acessibilidade

Segundo o IBRAM²³, o Programa de acessibilidade abrange “projetos e ações relativas à acessibilidade a todas as pessoas nos museus deverão ser explicitados em todos os programas integrantes em programa específico, resultado de agrupamento ou desmembramento”.

Durante o processo de recuperação da edificação e desenvolvimento do circuito expositivo, foram utilizados materiais para tornar a casa mais acessível com piso antiderrapante, instalação de corrimãos, instalação de barras de auxílio nos banheiros e substituição de escadas por rampas. Contudo, ainda faltam outras adaptações para tornar o espaço acessível a todo tipo de público.

Para o Programa de acessibilidade, sugerimos:

- Instalação de piso tátil e sinalização em braile;
- Disponibilização dos textos em inglês;
- Disponibilização de áudio guia;
- Instalação de fraldário nos banheiros masculino e feminino;
- Sinalização de portas e saídas de emergência; e,
- Revisão da altura dos painéis da exposição; e,
- Revisão da linguagem textual utilizada nos painéis.

9. Programa de Fomento

Segundo o IBRAM²⁴, o Programa de Fomento “abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos”.

O Salão histórico tem como única fonte mantenedora a Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga (FAYS), Organização Militar a que pertence. Não há previsão orçamentária específica para a manutenção e garantia de funcionamento do Salão Histórico.

Para o Programa de Fomento, sugerimos:

23 Idem ao anterior

24 Idem ao anterior

- Criação de previsão orçamentária para apresentação a Direção que conste os gastos para: manutenção predial e de exposição, pessoal, qualificação e materiais para divulgação;
- Desenvolvimento de souvenirs com logotipo do espaço (já existente) para venda com valor revertido para o Salão histórico;
- Busca de patrocínios através de projetos bem delineados que despertem o interesse pelo patrocinador; e,
- Criação de Associação de Amigos com repasse de recursos financeiros para a manutenção dos projetos do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa envolveu o acompanhamento do projeto de remodelação do espaço físico e desenvolvimento da exposição desde sua concepção até a inauguração e posteriormente, as atividades realizadas naquele espaço nos meses após a inauguração. Através de uma análise criteriosa dos aspectos museológicos que envolvem o Salão Histórico, tais como exposições, reserva técnica, documentação do acervo e projeto educativo, foi possível propor um plano museológico com o objetivo de facilitar o diálogo em busca de uma maior autonomia administrativa e dessa forma designar um corpo técnico composto por militares e civis apto a realizar as atividades inerentes a um museu, como aprimoramento do projeto educativo, pesquisa e catalogação do acervo, criação de um plano de comunicação para maior visibilidade e captação de recursos independentes da administração da fazenda e melhorar a relação com a comunidade no intuito de ouvi-la e convidá-la a uma maior participação dentro deste projeto museológico.

Propor um plano museológico para um espaço museológico como o Salão Histórico da FAYS é um passo importante para a evolução dos critérios e normativas para preservação da memória da FAB e que vai muito além de manter um espaço como aquele de portas abertas, somente.

Sabemos que a preservação da memória dentro da FAB não é uma atividade-fim, mas se trata de uma atividade que vem despertando interesse no âmbito das Direções de vários quartéis nos últimos anos, como já dito, e que mesmo com a existência do SISCULT como órgão normativo, a pesquisa pela adequação e revisão dessas normativas se faz necessária para que o intuito de preservar e divulgar a história da FAB através de seus espaços culturais não se perca no sentido de haver dezenas de espaços que nada mais são do que salas com objetos de alguma relevância para o quartel onde está instalado.

Nesse sentido, a pesquisa revelou que a prática determinada pela ICA 903-2 onde se recomenda a assessoria de um museólogo para o projeto de implantação de um espaço de memória é de suma importância para que seja possível a realização de uma exposição dentro das normas preconizadas tanto na legislação federal como nas normativas internas da FAB voltadas para o patrimônio cultural. O envolvimento de um profissional da área de Museologia foi fundamental para dar prosseguimento ao projeto, tanto expositivo quanto de readequação da casa onde está instalado o Salão Histórico.

A pesquisa também serviu para ratificar o potencial agregador e disseminador de conhecimento da exposição de longa duração. Agregador, pois o espaço tornou-se um lugar onde a comunidade se reconhece e se interessa em visitar, seja pelas relações militares ou civis. A comunidade se surpreendeu ao ver uma exposição que mostra a relação da Fazenda com a FAB e com seu entorno. E disseminador de conhecimento, pois na exposição é possível inteirar-se sobre elementos ainda desconhecidos pelos visitantes, tais como; carreiras que podem ser seguidas dentro da FAB e os projetos de preservação ambiental e sustentabilidade desenvolvidos dentro da FAYS.

Esses aspectos, que já haviam sido discutidos no início do projeto, foram cumpridos seguindo as normas cabíveis e aplicáveis, tanto do IBRAM quanto da FAB. Mais uma vez, a presença de profissionais museólogos, historiadores, arquitetos, designers e administradores, mostrou a necessidade efetiva de estabelecer uma equipe voltada para um projeto museológico independente do seu tamanho. Com isto, o espaço atinge o objetivo de mostrar uma Força Aérea Brasileira que vai além de uma força militar, mas também como um espaço de conhecimento e pesquisa tecnológica que através da fazenda, um quartel de características atípicas para uma organização notadamente militar, desenvolve e retribui para a sociedade em forma de insumos alimentares de alta qualidade.

Por fim, a pesquisa reitera a necessidade de se compor um corpo técnico especializado para gerenciar o Salão Histórico e dar prosseguimento nas suas atividades de forma mais estruturada e no processo de reconhecimento com um Museu Militar e Regional da FAB. A presença de profissionais museólogos, pedagogos e administradores no seu corpo técnico, será capaz de desenvolver e transformar o futuro Museu da FAYS em um espaço de referência para a FAB e para a região onde está inserido.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. P. **História da Construção Aeronáutica no Brasil**. São Paulo: Artgraph, 1991.

ALMEIDA, Adilson José de. **Acervos militares, museus e público**. In: *Comitê Internacional para Museus e Coleções de Armas e História Militar*, 1, 2008, Rio de Janeiro. Anais Rio de Janeiro: DPHDM, 2008. p.65-71.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Carapicuíba: Ateliê Editorial, 2008.

BOYLAN, Patrick. **Como gerir um museu: manual prático**. Paris: ICOM – Conselho Internacional de Museus, 2004.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte, **Gestão de Museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico, museologia e planejamento**. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

CARDOSO, Maria Luiza. **De DIRDOC à CENDOC: a trajetória do Centro de Documentação da Aeronáutica**. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1442612649_ARQUIVO_De_DIRDOC_a_CENDOC.pdf>. Acesso em 19 out. 2020.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: um conceito para todos**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

CHAGAS, Mário; NASCIMENTO JÚNIOR, José do (orgs.). **Subsídios para a Criação de Museus Municipais. Rio de Janeiro**. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museu e Centros Culturais / Departamento de Processos Museais, 2009.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2006.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane; BRASILEIRO, Alice. **Acessibilidade a Museus**. Cadernos Museológicos v.2. Brasília: IBRAM, 2012.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. Monografia – USP, 2006.

DESVALLEES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-Chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro/ FUNARJ, 2014.

DAVIES, Stuart. **Plano diretor**. São Paulo: EDUSP Vitae, 2001.

DOHMANN, Marcus. Cultura material: sobre uma vivência entre tangibilidade e simbolismos. **Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 41-53, set./dez. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. **Revista Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, n.2, p.111- 120, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre. Ano 11, n. 23. 2005.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. **Caminhos da memória: para fazer uma exposição**. Brasília, DF: IBRAM, 2017.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: IBRAM. Vol. 2, 2019.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2016.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Guia para projetos de arquitetura em museus**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. **Estação de Hidroaviões, 80 anos**. Disponível em: https://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textosopusculo_estacao_hidros.pdf. Acesso em: 27 dez. 2020

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. **História geral da aeronáutica brasileira: Vol. 1. Dos primórdios até 1920**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1988.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. **História geral da aeronáutica brasileira: Vol. 2. De 1921 às vésperas da criação do ministério da aeronáutica**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1990.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. **História geral da aeronáutica brasileira: Vol. 3. Da criação do ministério da aeronáutica até o final da segunda guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. **História geral da aeronáutica brasileira: Vol. 4. Após o término da segunda guerra mundial até a posse do Dr. Juscelino Kubitschek como Presidente da República**. Rio de Janeiro: GR3 Comunicação e Design, 2005.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. **INCAER 30 anos. A História contada pelos seus protagonistas**. Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Políticas Da Memória Na Criação Dos Museus Brasileiros. **Cadernos De Sociomuseologia**, v.19, n.19, 2002.

UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Disponível em: <<http://portal.unesco.org/science/en/>>. Acesso em 02 jan. 2021

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto nº 60.521. Estabelece a Estrutura Básica da Organização do Ministério da Aeronáutica. 31 de março de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03 /decreto/ Antigos/D60521. Acesso em: 14 out. 2020

_____. Ministério da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. Tombamento de bem patrimonial histórico e cultural da Aeronáutica: IMA 210-2, 19 de julho de 1979a.

_____. Portaria Nº 1.510/GM3: Institui o Sistema de Museologia do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências. 05 de dezembro de 1979 b.

_____. Ministério da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. Tombamento de bem patrimonial histórico e cultural da Aeronáutica: IMA 210-2, 19 de julho de 1979.

_____. Portaria Nº 1.510/GM3: Institui o Sistema de Museologia do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências. 05 de dezembro de 1979 b.

_____. Portaria Nº 507/GM3: Extingue o Sistema de Museologia e reformula o Sistema de Histórico do Ministério da Aeronáutica. 04 de maio de 1982.

_____. Portaria nº 119/GC3, de 26 de fevereiro de 2010. Institui o Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica.

_____. Comando da Aeronáutica. DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA: ICA 902-1, Preservação do Patrimônio Cultural do Comando da Aeronáutica. [Rio de Janeiro - RJ], 2016.

_____. DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA: ICA 903-1, Preservação do Patrimônio Cultural do Comando da Aeronáutica. [Rio de Janeiro - RJ], 2017.

_____. Portaria nº 119/GC3, de 26 de fevereiro de 2010. Institui o Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica.

_____. Decreto nº 60.521, de 31 de março de 1967. Estabelece a estrutura básica da organização do Ministério da Aeronáutica.

_____. Decreto nº 67.555 de 12 de novembro de 1970a. Aprova o Regulamento da Diretoria de Documentação e Histórico e dá outras providências.

_____. Decreto nº 80.965, de 07 de dezembro de 1977a. Criação do Centro de Documentação da Aeronáutica.

_____. Decreto nº 81.677, de 17 de maio de 1978a. Aprova o regulamento do Centro de Documentação da Aeronáutica e dá outras providências.

_____. Decreto nº 92.858, de 27 de junho de 1986. Cria o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 – Institui o estatuto dos museus e dá outras providências. Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm. Acesso em: 26 out.2020

BRASIL. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 - regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Presidência da República, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm> Acesso em: 26 out.2020

MINISTÉRIO DA CULTURA. Política Nacional de Museus - Memória e Cidadania. Política Nacional de Museus, Brasília, p. 188, 2003. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf . Acesso em 03 dez. 2020

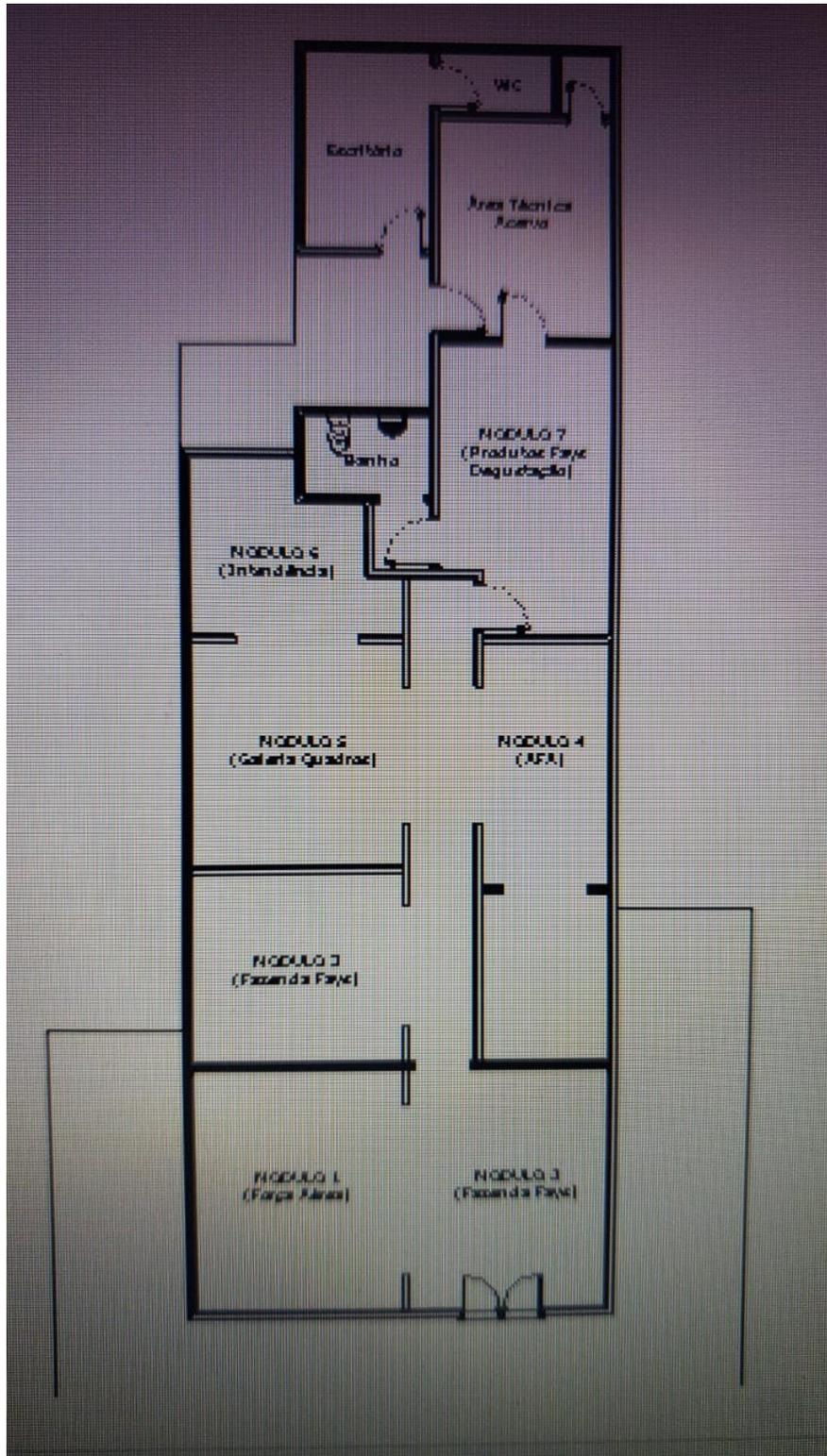
TESES E DISSERTAÇÕES

VIEIRA, Felipe Koller R.. 2009. **Patrimônio aeronáutico: presenças e ausências no Museu Aeroespacial brasileiro. Dissertação** (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, 2009.

PERIÓDICOS

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AERONÁUTICA (CECOMSAER). **Revista Aerovisão**. edição 229. Abril 2011. acesso em: 19 out. 2020

ANEXOS

ANEXO 1: Planta baixa da casa onde está instalado o Salão histórico da FAYS

ANEXO 2: Questionário utilizado para balizar a análise do funcionamento e atividades do Salão Histórico

No Brasil, a elaboração de Plano Museológico é dever de todos os museus. A estrutura proposta na legislação, ainda que na forma de recomendação, destaca a possibilidade e adequação de diferentes realidades. O Plano Museológico deve ser elaborado com a finalidade de orientar a gestão do museu e estimular a articulação entre os diversos setores de funcionamento, tanto no aprimoramento das instituições museológicas já existentes, quanto na criação de novos museus. Essa ferramenta de planejamento estratégico deve ordenar e priorizar as ações a serem desenvolvidas pelo museu para o cumprimento da sua função social e constituir-se como um documento museológico que baliza a trajetória do museu.

O entendimento da importância do Plano Museológico para o desenvolvimento da gestão dos museus levou à sua inclusão no texto do Estatuto de Museus. Na Lei nº 11.904/2009, o Plano Museológico é tratado em seção específica e pode ser considerado bem detalhado, em relação a outros aspectos técnicos igualmente presentes na legislação, no Decreto nº 8.124/2013, ficando claro aos museus a sua obrigação de elaboração e implementação.

Seguindo as instruções da publicação **Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos** do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), foi elaborado um questionário para auxiliar no diagnóstico museal do Salão Histórico da FAYS para que sirva de subsídio para o desenvolvimento do plano museológico para o espaço em questão.

Solicita-se o preenchimento com o máximo de detalhes possíveis para que o Plano a ser desenvolvido possa ser o mais adequado e exequível possível por parte da instituição ao qual o espaço está vinculado.

1. Qual a missão do espaço museal? “A missão se refere ao papel da organização na sociedade e indica sua razão de ser e existir. A missão é eficaz quando consegue definir a identidade da organização e quando cria sinergia com seus públicos de interesse. Isto é, faz parte da construção da missão o conhecimento das necessidades de seus públicos.”

Resposta:

2. Qual a visão e valores? “O que o museu pretende ser e como pretende servir a sociedade?”

R.

PROGRAMA INSTITUCIONAL

1. Existe regimento interno? Se afirmativo, qual sua atualidade e adequação.

R.

2. Existe plano estratégico para atividades futuras? Sem caso afirmativo, estão documentadas e em que fase de implantação estão?

R.

3. Há recursos humanos disponíveis e adequados?

R.

4. Os recursos materiais e financeiros estão adequados as necessidades do espaço?

R.

5. Dentro das exigências de documentação do museu (lei de criação ou outros instrumentos legais), falta alguma regulamentação? Como está em relação ao INCAER?

R.

PROGRAMA DE GESTÃO DE PESSOAS

1. Há organograma e fluxograma estabelecendo as funções de cada setor ou departamento?

R.

2. Há definição dos cargos e funções para o desenvolvimento de cada trabalho?

R.

3. Há necessidade de desenvolvimento de proposta de aumento do quadro de pessoal? Se afirmativo, quais quadros e profissionais que necessita o museu?

R.

4. Há estudo ou projeto sobre contratação temporária para a realização de ações específicas ou periódicas (oficinas educativas, restauração, projetos de pesquisa, etc.)?

R.

5. Há articulações com outras instituições, visando o estabelecimento de parcerias que proporcionem estágios e intercâmbios (museologia, documentação, segurança, conservação-restauração, etc.)?

R.

6. Quais lacunas profissionais podem ser supridas por capacitação do corpo já existente?

R

7 O regimento interno, caso exista, prevê as atribuições de cada setor, de modo a contemplar todas as atividades que devem ser desempenhadas?

R.

PROGRAMA DE ACERVOS

1. Qual é a origem e a história das coleções musealizadas?

R.

2. Quais são as características e tipologias? (as tipologias são definidas de acordo com a finalidade do museu, ou seja, um mesmo bem cultural musealizado pode ser classificado em tipologias diferentes por distintos museus. Por exemplo, as coleções podem ser classificadas por disciplinas acadêmicas: antropológica, histórica, artística, arqueológica, etnográfica, biológica, entre outras; por tipos de materiais: madeira, cerâmica, metal; ou pelo material em que o acervo está armazenado: mídia e web; etc.).

R.

3. Qual é o número e a localização das peças que compõem a coleção? (Coleção museológica em reserva técnica, em exposições de longa duração, ou sob a guarda de outras instituições públicas ou particulares, coleção bibliográfica e coleção arquivística.)

R.

4 Quais os critérios para aquisição permanente e temporária (coleta, doação, legado, empréstimo, compra, permuta, depósito e transferência) de novos bens e/ou coleções? E quais são os critérios de descarte?

R.

5. Há uma política de aquisição e descarte? Ela está registrada em documento?

R.

6. Em relação aquisição/entrada e descarte nos últimos dois anos: Qual é o número de bens adquiridos? E descartados? Qual é o modo de aquisição ou entrada mais recorrente?

R.

7. Quais são as coleções incorporadas à exposição de longa duração?

R.

8. Foram montadas exposições para apresentar as novas aquisições?

R.

9. Quais são os critérios para descarte de coleções ou bens?

R.

10. Quais são os motivos de descarte mais recorrentes?

R.

a) Em relação à documentação de acervos museológicos:

11. Há documentação de entrada e aquisição: coleta, doação, legado, empréstimo, compra, permuta, depósito ou transferência?

R.

12. Há documentação de inventário?

R.

13. Há documentação de catalogação?

R.

14. Há documentação de conservação-restauração?

R.

15. Há documentação gráfica e fotográfica das coleções?

R.

16. Há documentação de localização?

R.

17. Há outros instrumentos documentais (topográficos, controle de movimentação, etc.)?

R.

b) Em relação à informatização dos processos de catalogação e gestão de acervos:

18. Os instrumentos de documentação estão informatizados?

R.

19. Como está estruturada essa informatização? (Tabelas, cruzamento de dados, padrões e normas para catalogação de acervos museológicos)?

R.

20. Qual o quantitativo de bens fotografados e digitalizados?

R.

21. Qual o número de imagens digitalizadas? Em quais formatos?

R.

c) Em relação ao quantitativo de acervos inventariados e catalogados:

22. Quantos bens estão inventariados e catalogados em meio impresso/físico? E em meio digital?

R.

d) Em relação aos sistemas informatizados de catalogação e gestão de acervos:

23. Há a implantação de sistema informatizado de catalogação e gestão de acervos? O acervo está sendo registrado no E-SISCULT?

R.

24. Quais são os profissionais do museu que alimentam o sistema?

R.

25. Quais são os profissionais do museu que têm acesso às informações? Existem níveis de acesso diferenciado?

R.

26. Quais são os campos que estão sendo usados?

R.

27. Qual é o quantitativo de bens inventariados e catalogados em sistema informatizado de catalogação e gestão de acervos?

R.

28. Qual é o quantitativo de imagens digitais inseridas em sistema informatizado de catalogação e gestão de acervos?

R.

29. Quais áreas do museu são contempladas pelo sistema informatizado de catalogação e gestão de acervos?

R.

e) Em relação à divulgação da documentação:

30. A documentação dos acervos está acessível aos pesquisadores? Em quais meios? Impresso e/ou digital?

R.

31. Há catálogos impressos?

R.

32. Há catálogos online (internet)?

R.

f) Em relação a conservação-restauração?

33. Quais são os critérios gerais de conservação preventiva e restauração dos acervos?

R.

34. Quais são as condições de conservação existentes, segundo a natureza das coleções?

R.

35. Há laudos de estado de conservação?

R.

g) Em relação à conservação preventiva:

36. Qual é o estado de conservação das coleções do museu? E o quantitativo, segundo os seguintes critérios: () bom (não necessita de intervenção); () regular (intervenção mínima); () péssimo (exige uma intervenção global e/ou urgente)?

37. Quais são os agentes de risco identificados? Forças físicas, roubo/furto/vandalismo, fogo, água, pragas, poluentes, luz/radiação ultravioleta e infravermelha, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta e/ou dissociação?

R.

38. Quais são as medidas de mitigação adotadas para controle e/ou combate dos agentes identificados?

R.

g) Em relação ao manuseio, armazenamento, acondicionamento, exposição e restauração:

39. Quais são os critérios gerais adotados?

R.

40. As coleções são organizadas por materiais constituintes? Como se dá a priorização?

R.

41. A equipe é treinada para essas ações com os bens?

R.

PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES

1. Existe uma política de exposições para o museu? Em caso afirmativo, serão realizadas através de editais de ocupação, convite, aluguel do espaço, e/ou parcerias?

R.

2. Com quais tipos de exposições a instituição irá trabalhar (longa, curta duração, itinerante, virtual)?

R.

3. O espaço físico utilizado é adequado quanto a área, acessibilidade, condições ambientais (temperatura, umidade), iluminação, etc.?

R.

4. Há quanto tempo está em funcionamento a exposição de longa duração no museu? Ela necessita ser revisada?

R.

5. Os recursos expositivos (vitrines, painéis, bases, luminárias) estão em bom estado? Existe necessidade de novos?

R.

6. Qual é o estado de conservação do acervo exposto? Existe monitoramento? Existe previsão de troca de acervo?

R.

7. Há recursos diferenciados no plano de comunicação para contemplar todos os públicos, o que inclui pessoas com deficiência, pessoas não alfabetizadas, turistas, crianças e idosos?

R.

8. A equipe envolvida tem número suficiente de profissionais?

R.

9. Existe método de avaliação da exposição? Como o museu e o público avaliam a exposição?

R.

10. A formação dos projetos expositivos tem participação social? Incentivo a doações, por exemplo.

R.

PROGRAMA EDUCATIVO – CULTURAL

“A educação museal corresponde a práticas e processos educativos não formais que, na relação entre os sujeitos sociais, a memória e os bens culturais musealizados e passíveis de musealização, contribuem para a construção e a preservação da identidade partilhada por um grupo, comunidade ou sociedade, valorizando-os na diversidade. Justamente na maneira como é comunicada a mediação do objeto cultural que se dá a potencialização da capacidade de fruição, interação e apreensão do repertório cultural do museu”. Assim, hoje em dia o museu é desafiado a repensar as formas de comunicar o seu acervo para o público em geral, em diálogo sempre constante com a comunidade que o envolve.”

a) No que diz respeito à concepção das ações:

1. Quais atividades educativas e culturais o museu realiza?

R.

2. Como surgiram essas atividades? Quem demandou (diretor, equipe do museu, algum público específico, alguma Lei, algum projeto governamental, edital, convênio, etc.)?

R.

3. Há atividades realizadas em parceria e interação com outros setores da OM? Caso afirmativo, como são concebidas e desenvolvidas? Há formação específica por parte do setor educativo para que os profissionais dos outros setores participem das atividades propostas? Quais?

R.

4. Existe uma concepção de educação definida e um referencial teórico que embasem as ações educativas do museu?

R.

5. O Programa Educativo e Cultural comunica o acervo de acordo com a vocação do museu?

R.

6. O trabalho educativo e cultural do museu desperta o raciocínio crítico-interpretativo do público em relação ao acervo do museu? Como isso é feito?

R.

7. De que forma as ações desenvolvidas contribuem para a inclusão social?

R.

8. Como é o planejamento dos projetos e das atividades educativas?

R.

9. O museu realiza pesquisa na área de educação em museus? Há produção e publicação de material sobre educação em museus? Caso afirmativo, qual o formato desse material?

R.

b) No que diz respeito à execução das ações:

10. Existe um setor educativo e cultural no museu? Em caso afirmativo, ele está hierarquicamente ligado a algum outro setor ou departamento? Existe um espaço físico específico para ele?

R.

11. Quantos profissionais e estagiários trabalham nas ações educativas? Eles trabalham exclusivamente para isso?

R.

12. Qual o perfil para se trabalhar como educador no museu? É necessária formação específica em determinada área? Em caso afirmativo, qual a área?

R.

13. Há incentivo à qualificação e capacitação dos trabalhadores no museu? Em caso afirmativo, como são feitas? Há um planejamento anual?

R.

14. Há verba específica destinada às atividades educativas?

R.

15. Como é feita a divulgação das ações educativas? Quais meios de divulgação (direta com os públicos e parceiros, rádio, TV, internet, etc.) que utilizam?

R.

16. O museu possui algum espaço virtual e de comunicação específico sobre suas atividades educativas e culturais?

R.

17. O museu trabalha a acessibilidade nas práticas educativas? Se sim, essas ações são voltadas para que tipo de acesso (social, financeiro, escolaridade, físico, cognitivo, etc.)?

R.

18. Há uma preocupação com a sustentabilidade, seja ecológica, econômica ou social, no planejamento e execução das atividades educativas e culturais? Em caso afirmativo, quais são as ações realizadas?

R.

c) No que diz respeito à avaliação e aos resultados das ações:

19. As ações educativas e culturais são documentadas (por fotografia, vídeos, relatórios, listas, planilhas, etc.)? Em caso afirmativo, pode descrever?

R.

20. Existe alguma organização de memória, registro ou cadastro das ações? Em caso afirmativo, como esses dados são trabalhados?

R.

21. O museu realiza avaliações com os públicos depois de participarem das ações educativas? Em caso afirmativo, como são feitas? Que instrumentos utilizam?

R.

22. Existem momentos em que a equipe se reúne depois das ações para fazer uma avaliação? Em caso afirmativo, é feito um registro delas?

d) No que diz respeito às parcerias, à relação museu-comunidade e à relação museu-escola:

74. Há participação da comunidade na construção de propostas para as atividades e projetos do Programa Educativo e Cultural? Em caso afirmativo, como é essa participação? Se não, como o museu poderia trabalhar para buscar esse envolvimento?

R.

75. O museu realiza atividades educativas e culturais em relação aos calendários anuais de eventos locais?

R.

7. Alguma ação educativa e cultural é realizada por meio de parcerias externas (ONGs, prefeitura, comércio, agências turísticas, igreja, associações, instituições privadas, etc.)? Se sim, o que envolve essa parceria?

R.

77. O espaço museal participa de alguma rede ou sistema que contribui para sua integração e seu intercâmbio com outras instituições? Em caso afirmativo, qual(is)? O que essa integração traz de benefício para a área educativa?

R.

78. Como é a relação do museu com as escolas? Que ações são desenvolvidas com as escolas? Como é feito o planejamento das ações?

R.

79. O museu tem projetos de ações contínuas com as escolas da comunidade? Como é o trabalho com os professores?

PROGRAMA DE PESQUISA

80. Existe documentação sobre o acervo musealizado?

R.

81. Há pesquisa de público para delinear que tipo de público? Em caso afirmativo, qual é o público que majoritariamente visita o museu: Estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental? Estudantes do Ensino Médio? Educação de Jovens e Adultos? Universitários e pesquisadores?

R.

PROGRAMA ARQUITETÔNICO- URBANÍSTICO

Para se delinear o Programa Arquitetônico-Urbanístico do museu, é importante que seja feito um levantamento sobre sua situação atual. Esse diagnóstico da instituição será a etapa de coleta das informações de referência que representem as condições preexistentes, necessárias para instruir a elaboração do programa.

82. qual a situação cadastral da edificação? Está cadastrada como patrimônio?

R.

83. Marque os itens que existem no espaço museal:

Recepção

Bilheteria

Sala da Administração

Reserva técnica

Sala de projeção/cinema

Sala(s) de aula/prática

Sanitários

Cozinha/copa/almojarifado

Loja

Estacionamento

84. A atual estrutura do museu atende ao Programa de Necessidades Especiais?

R.

85. Há necessidade de criação, otimização ou supressão de ambientes nos espaços físicos?

R.

86. As questões de acessibilidade, conforto ambiental, iluminação e sustentabilidade foram contempladas no projeto? Ou já atendem às necessidades da instituição?

R.

87. Quais aspectos da estrutura física demandam intervenções no museu?

R.

88. As demandas já foram objeto de projeto? Em caso afirmativo, já foram aprovadas pelos órgãos competentes?

R.

89. Trata-se de edificação tombada? Já foram consultados os órgãos competentes de acordo com a legislação?

R.

90. Existe um plano de conservação da edificação?

R.

PROGRAMA DE SEGURANÇA

a) Organização da Segurança:

91. O museu possui setor responsável exclusivamente pela segurança da instituição?

R.

92. A equipe (permanente e terceirizados) já recebeu algum tipo de treinamento da área de segurança?

R.

93. Existe um livro de ocorrências ou outro tipo de instrumento para os assuntos relativos à segurança?

R.

94. O controle das chaves da instituição está centralizado?

R.

95. Onde está localizado o claviculário? Quem tem acesso? Como é feito o controle?

R.

96. O museu possui fontes alternativas de energia? (Exemplo: geradores)

R.

b) Planos e Trabalhos de Prevenção:

97. O espaço realiza diagnósticos periódicos da segurança da instituição?

R.

98. O espaço possui brigada de incêndio?

R.

99. Quantos funcionários trabalham diariamente?

R.

100. O espaço possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)?

R.

101. Há uma relação/contato direto com o Corpo de Bombeiros responsável pela região? Números de telefone? Nome do responsável? Já realizou ou realiza algum tipo de atividade em conjunto (treinamentos, oficinas, cursos, etc.)?

R.

102. O espaço possui algum tipo de plano de segurança? Contra sinistros, vandalismo, incêndio, enchente, roubo, furto, retirada de funcionários, retirada de público, retirada de acervo ou algum outro? Qual é a frequência de atualização?

R.

103. Os funcionários recebem treinamento ou fazem simulações para a execução dos planos de emergência?

R.

104. Há na instituição algum tipo de manual para funcionários sobre a segurança do espaço?

R.

c) Controle e Monitoramento:

105. O espaço mantém controle e registro diferenciado de entrada e saída de funcionários, fornecedores, pesquisadores e visitantes?

R.

106. O museu espaço possui sistema eletrônico de monitoramento por câmeras (circuito fechado de TV)? Existem sensores? O sistema atende toda a instituição (área interna e externa)? Como é feita a transmissão das imagens, cabeamento ou sinal de rádio? Essas imagens permanecem armazenadas? Em meio digital ou magnético? Por quanto tempo? Há previsão de manutenção do sistema?

R.

107. O espaço possui uma central de controle de segurança? Onde está localizada essa central? Ela é resguardada do acesso do público?

R.

108. Todas as câmeras e sensores são controlados diretamente pela central?

R.

109. O espaço possui sensores de presença? Como é realizado o seu funcionamento: dispositivos sonoros locais? Dispositivos ligados a central de monitoramento?

R.

110. O espaço possui sistema de detecção de incêndio? Quais os sistemas? Alarmes? Sensores? Ele cobre toda a instituição?

R.

111. O espaço possui instalações e equipamentos de extinção de incêndio? Quais? Extintores? Sprinklers? Hidrantes e/ou mangotinhos? Eles são vistoriados ou substituídos periodicamente?

R.

112. Existe no espaço um reservatório de água próprio para alimentar o sistema de combate a incêndio?

R.

113. O espaço expositivo possui saídas de emergência devidamente sinalizadas?

R.

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E FOMENTO

114. Quais são as fontes de recurso do espaço? Só da instituição mantenedora (em casos de museus vinculados)? Ingressos? Cessão de espaço? Loja de souvenir? Café? Restaurante?

R.

115. Há um setor responsável pelo planejamento orçamentário do espaço?

R.

116. O espaço possui uma planilha com os gastos diretos da instituição?

R.

117. Quais são os principais gastos da instituição? Bens? Serviços? Servidores/ funcionários? Aquisição de coleções? Conservação e/ou restauração? Pesquisa? Outros.

R.

118. Como são pensados os gastos da instituição?

R.

119. O museu tem conhecimento dos editais de financiamento de projetos na área de museus? Já se inscreveu em algum deles? Em qual instância (municipal, estadual, federal, empresa privada)?

R.

120. a instituição a qual está vinculada o espaço museal tem conhecimento sobre os programas usados para inscrição de projetos no Ministério da Cultura? SalicWeb e Siconv?

R.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

Entende-se por comunicação institucional ou organizacional o processo de promover, por meio de uma diversidade de estratégias e ferramentas, o diálogo entre a instituição e seus públicos (interno e externo), de maneira a atingir seus objetivos e disseminar seus valores. O trabalho cotidiano de comunicação em um museu é feito por meio de estratégias e ferramentas básicas que podem ser empregadas no contato com os públicos de interesse em, pelo menos, três áreas: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, e Relações Públicas.

a) Jornalismo

121 . O espaço possui Lista de contatos (*mailing list*) para envio de e-mails institucionais?

R.

122. O espaço produz texto para a imprensa (*press release*)? O *release* (na versão aportuguesada, “relise”) é um texto de caráter jornalístico enviado à imprensa sobre assuntos de interesse de um museu. Funciona como sugestão de pauta para jornalistas e deve cumprir a função de subsidiar o trabalho dos profissionais da área.

R.

123. O espaço possui Facebook, Twitter e/ou Instagram?

R.

PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL

124. Quais são os principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição museológica que têm efeito sobre a questão ambiental?

R.

125. Quais são as práticas de descarte de resíduos adotadas pela instituição? Existe o levantamento sobre a produção de lixo da instituição e sobre a possibilidade de reciclá-lo?

R.

126. Quais são as práticas ambientais já adotadas pelo museu, tais como: racionalização do uso da água, energia elétrica, uso de material descartável, descarte correto do lixo produzido, coleta seletiva.

R.

PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

Acessibilidade é dar ao visitante a oportunidade de utilizar instalações e serviços, ver exposições, assistir a conferências, investigar e estudar o acervo e interagir com os diferentes grupos sociais. Nessa perspectiva, não se pensa aqui somente na acessibilidade física, mas também na acessibilidade econômica, informacional, cultural, etc. A questão é fornecer toda uma infraestrutura para receber todos os tipos de visitantes, de diferentes níveis de interesse e com suas particularidades – um tipo de acessibilidade universal.

127. Os espaços estão preparados para atender os públicos, tendo em vista as diferentes necessidades?

R.

128. As comunicações internas e externas seguem modelos inclusivos?

R.

129. As equipes são continuamente sensibilizadas e treinadas para ações e condutas inclusivas?

R.

130. As atividades são divulgadas por meio de diferentes canais de comunicação?

R.

131. Qual o estado de conservação das calçadas/acesso direto à edificação onde o espaço está instalado?

R.

132. Há piso Antiderrapante na área interna e externa?

R.

133. Há rampas acessíveis?

R.

134. Há sinalização e piso tátil de alerta?

R.

135. Há sanitários acessíveis (acessórios, dimensões, etc.)? O número é suficiente? Sua localização está em rota acessível?

R.

136. Há sinalização em braile?

R.

137. Os desníveis (escadas, rampas) são tratados ou adaptados?

R.

138. Há locais adequados para o embarque e desembarque dos públicos? Esses locais estão próximos às portarias? Estão sinalizados?

R.

139. Os bebedouros, telefones, mobiliários são acessíveis?

R.

140. Como é realizada a comunicação sonora para deficientes visuais?

R.

141. Os espaços, objetos e produtos podem ser utilizados por pessoas com diferentes capacidades, tornando os ambientes iguais para todos?

R.

142. Os ambientes ou sistemas construtivos permitem atender às necessidades de usuários?

R.

143. É possível adaptar às necessidades do usuário dentro dos espaços expositivos?

R.

144. A informação é transmitida de forma a atender as necessidades do visitante/receptor seja ele uma pessoa estrangeira, ou com dificuldade de visão ou audição?

R.

145. O espaço utiliza diferentes meios de comunicação, como símbolos, informações sonoras, táteis, entre outras, para compreensão de usuários com dificuldade de audição, visão, cognição ou estrangeiros?

R.

146. Por fim, foi considerada a segurança na concepção de ambientes e a escolha dos materiais de acabamento e demais produtos – como corrimãos, equipamentos eletromecânicos, entre outros – a serem utilizados nas obras, visando a minimizar os riscos de acidentes?

R.